

EAS Estudos de
Administração e
Sociedade



Revista EAS. Niterói – RJ, v.7, nº2, julho-dezembro, 2022
www.revistaeas.uff.br

DIREITOS

Os textos publicados na revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

Permite-se a reprodução desde que citada a fonte.

DISPONIBILIDADE

A Revista Estudos de Administração e Sociedade está disponível

em: <http://revistaeas.uff.br>

CATÁLOGO

Revista Estudos de Administração e Sociedade – v. 7, n. 2, (2022)
– Niterói Universidade Federal Fluminense, 2017

Frequência: Semestral

ISSN: 2525-9261

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL

Publicação do Programa de Pós Graduação em Administração –
PPGAd Universidade Federal Fluminense

(<http://www.adm.uff.br>)

INFORMAÇÕES DA EDIÇÃO ATUAL

Sigla e Nome do Periódico	Cidade de Edição	Volume (Edição Atual)	Número (Edição Atual)	Ano (Edição Atual)
EAS – Revista Estudos de Administração e Sociedade	Niterói/ Rio de Janeiro	v.7	n.2	Jul. Dez. / 2022

EDITOR-CHEFE

CLÁUDIO ROBERTO MARQUES GURGEL

EDITOR DA SEÇÃO: ADMINISTRAÇÃO BRASILEIRA

PAULO EMÍLIO MATOS MARTINS

**EDITOR DA SEÇÃO: ESTADO, ORGANIZAÇÕES E
SOCIEDADE**

FREDERICO LUSTOSA DA COSTA

COORDENADORA EDITORIAL

LILIANE MAGALHÃES GIRARDIN PIMENTEL FURTADO

ASSISTENTE EDITORIAL

SÉRGIO AUGUSTO DA MOTTA
GABRIEL COUTINHO MELO

**COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPGAd UFF**

ANA RAQUEL COELHO ROCHA

COMITÊ EDITORIAL

- Prof. Antonio de Araujo Freitas Junior, Fundação Getulio Vargas - FGV, Brazil
- Prof. Bianor Scelza Cavalcanti, Fundação Getulio Vargas - FGV
- Prof. Cláudia Souza Passador, FEARP/USP, Brazil
- Prof. Claudio Marques Gurgel, UFF - Universidade Federal Fluminense, Brazil
- Prof. Clezio Saldanha dos Santos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil
- Prof. Elvia Mirian Cavalcanti Fadul, Universidade Salvador - UNIFACS, Brazil
- Prof. Fernando de Souza Coelho, Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), Brazil
- Prof. Florence Pinot de Villechenon, ESCP Europe, France
- Prof. Francisco César Pinto da Fonseca, Centro de Estudos de Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Brazil
- Prof. Frederico Lustosa da Costa, Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis., Brazil
- Prof. Freddy Mariñez Navarro, El Colegio de Jalisco, Mexico
- Prof. Javier Jasso Villazul, Facultad de Contaduría y Administración de la Universidad Nacional Autónoma de México, UNAM, México.
- Prof. Joel de Lima Pereira Castro Junior, Programa de Pós-graduação em Administração - PPGAd / Universidade Federal Fluminense – UFF (*In memorian*)
- Prof. José Antonio Gomes de Pinho, Escola de Administração/UFBA, Brazil
- Prof. José Walkimar de Mesquita Carneiro, Universidade Federal Fluminense, Brazil
- Prof. Juan Mozzicafreddo -ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Portugal (*In memorian*)
- Prof. Maria Arlete Duarte de Araújo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Brazil
- Prof. Marco Aurélio Marques Ferreira, Universidade Federal de Viçosa
- Prof. Paulo Emílio Matos Martins, Universidade Federal Fluminense, Brazil
- Prof. Paulo Roberto de Mendonça Motta, Fundação Getulio Vargas/EBAPE
- Prof. Sergio Azevedo Fonseca, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp, Brazil
- Prof. Sonia Maria Fleury Teixeira, Fundação Oswaldo Cruz, Brazil

SUMÁRIO – TABLA DE CONTENIDOS – CONTENTS

Editorial: O Brasil esperançoso

- pp. 01 – 02

Claudio R. Marques Gurgel

1. Uma Análise Sobre Os Investimentos Públicos E Seus Impactos Relacionados Às Enchentes No Município Do Rio De Janeiro.

- pp. 03 – 20

*Erika Maurer de Sá Andrade
Maria Antônia Oliveira Santana*

2. A construção de relações interpessoais no ambiente de trabalho para a população LGBTQIAPN+: Revisão Integrativa.

- pp. 21 – 41

*André de Souza Melo
Marta Pereira Santos
Mateus dos Santos Brito*

3. Gestão de resíduos odontológicos: desafios de implementação de um sistema de logística reversa.

- pp. 42 – 53

*Amanda Rodrigues
Jardênia Fernandes
Alana Rodrigues
Romário Ribeiro*

4. Políticas Públicas para a Agricultura Familiar Brasileira: Uma Análise da Produção Artesanal de Queijo Minas.

- pp. 54 – 70

*Adriana Prado Bicalho
Armindo dos Santos de Sousa Teodósio*

5. Lista de Avaliadores ano de 2022

- pp. 71

EDITORIAL

O Brasil esperançoso

A presente edição da Estudos de Administração e Sociedade, EAS, sai às vésperas da posse do novo governo central do Brasil. Um novo governo geralmente já é suficiente para expandir a esperança de mudanças para melhor. Todo começo é difícil, mas tem uma aura de renascimento que empolga as grandes majorias. As enquetes realizadas sobre o que esperar do novo governo têm indicado confiança em melhores dias entre 70% a 80% dos entrevistados.

Realizadas pelo Observatório Febraban e pela Radar Febraban, órgãos da Federação Brasileira dos Bancos, duas pesquisas, entre os dias 29 de novembro e 5 de dezembro, com 3 mil pessoas, nas cinco regiões do País, revelaram esse estado de espírito entre os brasileiros.

Os intensos sofrimentos que se evidenciaram nos últimos 4 anos, desde a pandemia até o recente pico de inflação, continuam, mas tem-se a sensação de abrandamento desses males e a confiança de que, a partir de 2023, eles fiquem para trás.

Além disso, espera-se que as tensões, incertezas, dores e problemas sociais que se agudizaram igualmente se reduzam, com um governo que se declara com opção pelos pobres, discriminados e excluídos.

Essas mudanças certamente não serão suficientes se permanecerem dirigidas à miséria e à fome. Essas questões, são higiênicas, básicas: elas precisam ser resolvidas para que se possa falar de qualquer assunto, inclusive desenvolvimento.

Mas é de desenvolvimento que se precisa falar.

Nesse sentido, é preciso destravar o orçamento público, aprisionado numa camisa de força que não permite ao Estado investir o dinheiro que tem, porque se receia o desequilíbrio fiscal, mas não se receia a vergonha moral e física do desemprego, do baixo salário, da exclusão educacional e da saúde pública com filas intermináveis de doentes graves desassistidos.

Educação e saúde públicas precisam ter suas verbas reconstituídas e, além disso, um plano de investimentos extraordinários que permita a reconstrução de seus equipamentos e instrumentos de trabalho, sucateados por cortes sucessivos de verbas.

Aqui se incluem as pesquisas, muitas paralisadas porque as restrições financeiras não permitem pagar os materiais e equipamentos necessários e muito menos as bolsas de estudo e pesquisa dos jovens pesquisadores, auxiliares absolutamente necessários aos trabalhos. Sem falar do futuro da ciência.

As cidades precisam ser cuidadas para que novos acidentes climáticos não tragam a tristeza que as mais recentes enchentes trouxeram. As florestas, os rios e a fauna precisam voltar a ser olhados como reservas naturais que ajudam a humanidade a respirar e a se reproduzir em condições saudáveis. Nesse sentido, todos os incentivos devem ser dados para que as atividades produtivas reduzam seus danos ao mínimo.

Em paralelo a isso, valores humanos devem ser reabilitados, dentre eles

aqueles que contribuem para a convivência democrática e acolhedora entre diferenças e diferentes.

Essa edição da EAS, a propósito, traz reflexões sobre temas dessa agenda de um Brasil esperançoso: Uma análise sobre os investimentos públicos e seus impactos relacionados às enchentes no município do Rio de Janeiro; A construção de relações interpessoais no ambiente de trabalho para a população LGBTQIAPN+: revisão integrativa; Gestão de resíduos odontológicos: desafios de implementação de um sistema de logística reversa; Políticas públicas para a agricultura familiar brasileira: uma análise da produção artesanal de queijo de minas.

Embarcando nessa onda de confiança e reconstrução, a EAS convida seus leitores a refletir sobre esses textos, os problemas que abordam e as propostas de solução que trazem.

Cláudio Gurgel
Editor da EAS

Artigo – Estado, Organizações e Sociedade.

Uma análise sobre os investimentos públicos e seus impactos relacionados às enchentes no município do Rio de Janeiro

Erika Maurer de Sá Andrade 1
Universidade Federal Fluminense
ekamaurer@gmail.com
Maria Antônia Oliveira Santana 2
Universidade Federal Fluminense
mariantsantana@bol.com.br

RESUMO

As enchentes na cidade do Rio de Janeiro assolam a região metropolitana do estado devido a fatores como sua topografia e o aumento da produção de lixo e poluição urbana no município. Agravado a isto, no ano de 2019, constatou-se uma queda de 72% em investimentos em políticas públicas de combate aos alagamentos urbanos, conforme o relatório de Orçamento Municipal — Lei Orçamentária Anual — LOA — da Prefeitura do Rio de Janeiro. O presente estudo possui como problema norteador para pesquisa, qual o modo em que as inversões realizadas nos últimos oito anos impactam no combate às enchentes no município do Rio de Janeiro, possuindo como principal objetivo mencionar e analisar a relação existente entre esses investimentos e os efeitos provocados nesta cidade.

Palavras chave: Enchentes; Rio de Janeiro; Investimentos; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The floods in the city of Rio de Janeiro devastate the metropolitan region of the state due to factors such as its topography and the increase in the production of garbage and urban pollution in the municipality. Adding to this, in 2019, there was a 72% drop in investments in public policies to combat urban flooding, according to the Municipal Budget report — Annual Budget Law — LOA — of the City of Rio de Janeiro. The present study has as a guiding problem for research, how the investments made in the last eight years impact the fight against floods in the city of Rio de Janeiro, having as main objective to mention and analyze the relationship between these investments and the effects caused in this city.

Keywords: Floods; Rio de Janeiro; investments; Public policy.

[Submetido em 26-07-2022 – Aceito em: 18-09-2022 – Publicado em: 26-12-2022]

¹ Graduação em Administração Pública na Universidade Federal Fluminense.

² Graduação em Administração Pública na Universidade Federal Fluminense.

INTRODUÇÃO

A formação de alianças estratégicas é um passo essencial para o processo de transferência de tecnologias entre as organizações (Simonin, 2004). A incorporação e difusão destas tecnologias pode ocasionar mudanças no padrão e no bem-estar de vários segmentos da população e contribuir decisivamente, quando bem direcionadas, para avanços materiais e humanos por toda a sociedade, resultando no que vários autores chamam de processo de desenvolvimento (Schumpeter, 1982; Furtado, 2000; Gerschenkron, 2015).

Esta transformação estrutural da sociedade exige, portanto, uma capacitação tecnológica que proporcione a absorção de conhecimentos e a acumulação de recursos capazes de gerar inovações e a devida comercialização no mercado, principalmente em setores emergentes, que oferecem vasto campo de pesquisa de conhecimentos e inovações, como, por exemplo, a Bioeconomia (Comissão Europeia, 2012; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2017; Aquilani *et al.*, 2018), que ganha cada vez mais relevância nas organizações devido a questões e desafios na criação e gestão de modelos de negócios sustentáveis (Holden *et al.*, 2014) e se caracteriza, sobretudo, pela importância dada ao que John Elkington (1998) denominou de tripé da sustentabilidade, que reconhece a importância fundamental do contexto social e ambiental e não somente econômico-financeiro no desempenho das organizações (Elkington, 1998), resultando no que se convencionou chamar de estratégia *win-win-win* (Elkington, 1994). Dessa forma, a Bioeconomia traz consigo um potencial de transformação paradigmática (Horlings & Marsden, 2011) da própria relação do ser humano com o meio ambiente e a maneira como ele produz e consome, sendo necessário que os padrões teóricos e empíricos de uma transição sociotécnica desta envergadura sejam estabelecidos através de uma perspectiva multinível (Geels, 2011), o que contribui para que uma variedade de atores se conectem, estabeleçam relações, formulem políticas e implementem processos que resultem na transição para uma economia cada vez mais sustentável (Geels & Schot, 2007; Sovacool *et al.*, 2020).

A capacitação tecnológica pode ocorrer de várias formas, sendo que uma delas se dá através da transferência de tecnologia (Agustinho & Garcia, 2018; Barros *et al.*, 2020), a qual, segundo Takahashi (2005), ocorre quando uma parte ou a totalidade dos conhecimentos acerca de uma tecnologia detida por uma entidade é transferida para uma entidade receptora que, por sua vez, deverá ter condições de assimilá-la e se adaptar a ela. Este processo não se dá de forma unilateral, mas envolve uma variedade de canais formais e informais, que incluem, por exemplo, o licenciamento de patentes e os contratos de pesquisa e desenvolvimento (Bekkers & Freitas, 2008; Van Gils *et al.*, 2009), bem como envolve etapas, agentes e graus de parceria distintos (Bozeman, 2000; Tigre, 2014).

O presente estudo teve como objetivo identificar os fatores determinantes relacionados ao processo de transferência de tecnologia no contexto específico de uma organização da área da Bioeconomia, caracterizada pelo desenvolvimento de soluções em bioprodutos, biocombustíveis e/ou bioenergia. Para alcançá-lo, foi realizado um estudo de caso junto a um instituto científico e tecnológico envolvido na pesquisa, desenvolvimento e negociação de produtos e processos para o setor agrícola, a Embrapa Milho e Sorgo. O estudo se justifica pela fundamental importância que os processos de transferência de tecnologia têm para a difusão de inovações e para o progresso técnico, econômico e social

das organizações e da sociedade em geral, sendo que, no caso da Bioeconomia, é também dado protagonismo à questão da sustentabilidade ambiental (Holden *et al.*, 2014). Além disso, tendo em vista a biodiversidade brasileira e o escasso material existente que trate do uso destes mecanismos de transferência no âmbito da Bioeconomia, observa-se a existência de um amplo campo de estudos ainda a ser explorado sobre o tema (Confederação Nacional da Indústria [CNI], 2013; IPEA, 2017).

O trabalho foi estruturado em cinco capítulos, incluindo esta introdução. No segundo capítulo, é apresentada uma revisão teórica sobre o tema. No terceiro capítulo, a metodologia aplicada no estudo. No quarto, os resultados da pesquisa e a discussão destes a partir dos pressupostos levantados no referencial teórico. Por fim, no quinto capítulo, são apresentadas as conclusões do trabalho, as implicações teóricas e as limitações da pesquisa, bem como são vislumbradas algumas possibilidades de pesquisas futuras.

REFERENCIAL TEÓRICO

Enchentes na cidade do Rio de Janeiro: histórico, características naturais e poluição urbana como aspectos influenciadores na sua formação.

As enchentes e os impactos negativos advindos desse fenômeno são problemas recorrentes no município do Rio de Janeiro ao longo dos anos. Segundo Maia (2012), é possível encontrar fatos históricos de enchentes ocorridas na cidade já no século XIX.

Em 1811, João Manoel da Silva relatava a D. João VI que a topografia íngreme da cidade contribuía para o escoamento superficial das águas pelas vertentes e para o seu represamento na planície, explicando assim as graves enchentes urbanas já presente naquela época, segundo Costa, Conceição e Amante (2018). Conforme os autores, no século XIX praticamente só existia uma única rede de drenagem urbana do Rio de Janeiro, construída de valas que contribuíram para o enxugamento do solo. Era um sistema que apresentava muitos problemas, pois foi construído no nível do mar e com pouco declive, dificultando assim a função de drenagem das águas pluviais.

Os sucessivos aterros, canalização dos rios, a substituição da floresta por mansões, favelas, arruamentos, entre outras obras de urbanização, trouxe alterações na geração de escoamento superficial e subsuperficial, modificando profundamente a infiltração e o deflúvio, ocasionando um aumento no total da precipitação útil. Além disso, os próprios sistemas de águas pluviais e de esgotos contribuem para a maior rapidez e tamanho das vazões de pico, já que muitas galerias pluviais e de esgotos têm como destino os canais principais dos rios cariocas. (COSTA, CONCEIÇÃO E AMANTE, 2018)

O município do Rio de Janeiro, quanto aos aspectos naturais, tem as suas particularidades suscetíveis às intempéries climáticas. Segundo Silva e Silva (2017) “a posição geográfica próxima ao litoral e os elevados índices de umidade do ar e de temperatura levam à ocorrência de chuvas frequentes de distribuição diferenciada de elevada magnitude, gerando à população, desagradáveis transtornos com a ocorrência de movimentos

gravitacionais de massa e enchentes”. A cidade do Rio de Janeiro, pela própria natureza, é um ambiente propício às concentrações das chuvas, resultando no agravamento das ocorrências de enchentes urbanas.

Somado às dificuldades naturais do município, o lixo urbano também é um grave problema para a cidade. Conforme o último relatório de 2020 da ABRELPE — Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais, 40,5% do total do lixo coletado é despejado inadequadamente e parte dele é depositado sem controle em lixões ou aterros sanitários.

Segundo o último censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há 763 unidades de aglomerados subnormais (favelas) no município do Rio de Janeiro, locais mais pobres da cidade e, principalmente nesses lugares, o lixo produzido é eliminado junto às habitações ou são vazados em logradouros públicos, terrenos baldios, encostas e cursos d'água. Embora a COMLURB — Companhia Municipal de Limpeza Urbana, empresa atuante no município do Rio de Janeiro, seja a maior organização de limpeza pública da América Latina (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2021), Schueler, Kzure e Racca (2018) afirmam que os serviços de limpeza urbana apresentam limitações de ordem geográfica e sociocultural nas regiões das favelas, sobretudo por se tratarem de área de várzea, como em encostas ou morros. Assim é possível concluir que a quantidade de resíduo não recolhido na cidade é demasiadamente grande, podendo enfim piorar a situação dos alagamentos no município em dias de chuva, considerando os entupimentos nas galerias pluviais provocados pelos lixos soltos nas ruas.

A organização não governamental internacional Greenpeace, que atua na prevenção do meio ambiente e no desenvolvimento sustentável, afirma que a ação do homem no ecossistema como um fator destruidor é a principal causadora desses grandes desastres socioambientais na cidade e que o poder público deve preparar o município para mais eventos extremos, já que os temporais são uma verdade e estão cada vez mais constantes e vorazes. (GREENPEACE BRASIL, 2019).

A definição de fragilidade ambiental é devidamente aplicada na cidade do Rio de Janeiro, pois relaciona os danos causados pelas chuvas à baixa capacidade de recuperação do município. Percebe-se, então, que o enfrentamento às enchentes requer um esforço redobrado da administração pública, pois a cidade, por si só, já é um grande desafio. “As intervenções devem ser muito bem avaliadas quando se pretende aplicá-las em políticas públicas de planejamento e/ou manejo territorial”. (SILVA E SILVA, 2017)

Políticas públicas e sua importância para a sociedade

Lima e D'Ascenzi (2018) definem políticas públicas como um “enfrentamento de um dado problema social: algo que é considerado indesejável e que desperta uma ação, em contrapartida”. São práticas que traduzem o ponto de vista da sociedade diante as suas demandas, norteadas por valores, ideias e visões de mundo e que, conseqüentemente, transformam uma regra geral. Equivalem às ações de interesse público, reguladas e distribuídas por normas que estabelecem benefícios específicos e partem da necessidade de responder institucionalmente a um problema entendido como de origem social.

De forma técnica, um ciclo de políticas públicas, estabelecido por Alves (2017), são uma série de “desdobramentos gerados a partir de ações intencionais, com objetivos

definidos e que, embora tenham impactos a curto prazo, são de longa duração”. Após o desenvolvimento de sua concepção, as ações e decisões do governo repartem-se em diversas medidas destinadas a garantir o bem-estar da população. Segundo o autor, esses desdobramentos são distribuídos em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e de pesquisas. “(...) quando postos em prática, são executados e submetidos a sistemas de acompanhamento, de controle social, formação de pessoas, financiamento e avaliação dos resultados”. (ALVES, 2017 *apud* SANTOS E ALVES, 2021)

A efetuação de uma política pública, conforme Capella (2018), se dá no momento em que um problema alerta o governo e torna-se seriamente reputado pelos tomadores de decisão, quando são avaliadas as alternativas, propostas, soluções e ações para que então sejam definidas uma forma de lidar com a referida questão. O mecanismo de implementação de uma política pública, segundo a autora, pode ser desdobrado temporalmente, pois a compreensão de sua importância pode não ser obviamente definida, visto que envolve divergentes visões de diferentes atores que as formulam. “O objetivo é que seja chegada a uma solução precisa de um problema significativo” (ZITTOUN, 2016, *apud* CAPELLA, 2018), produzindo consideráveis mudanças sociais. As políticas públicas são “instrumentos para efetivar os direitos do cidadão, intermediando o pacto entre o Estado e a sociedade” (ESTEVÃO E FERREIRA, 2018). Segundo os autores, essas ações seguem um ciclo de negociações entre e grupos políticos, econômicos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil, onde embates e necessidades são harmonizados.

O orçamento público deve ser considerado na implantação de uma política pública, tendo em vista os recursos públicos disponíveis para sua promoção. De acordo com Silvestre e Araújo (2015), a tomada de decisão sobre quais políticas públicas serão adotadas e executadas é baseada na teoria do equilíbrio pontuado, que, em suma, verifica os impactos dos bens e serviços públicos prestados à sociedade. Segundo os autores, esses investimentos devem ser adequadamente compensatórios e proporcionar benfeitorias à população, atendendo as suas prioridades políticas e sociais. Desde sua construção até a sua execução, as políticas públicas são de extrema relevância para a sociedade, pois sua aplicação garante desenvolvimento e bem-estar social.

O PAPEL DAS PREFEITURAS NA APLICAÇÃO DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS ENCHENTES E EXEMPLOS DE SOLUÇÕES EXECUTADAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO ENTRE OS ANOS DE 2012 E 2020

Os autores Garcias, Ferentz e Pinheiro (2019) alegam que a gestão municipal é fundamental no processo de desenvolvimento e implantação de políticas públicas de redução dos riscos de desastres e classificam diversas etapas que discorrem desde a identificação da crise até a restrição de seus impactos. Segundo os escritores, a mitigação é o estágio de redução dos efeitos negativos provocados pelo desastre das enchentes, as respostas para a crise são dadas através das ações realizadas com a finalidade de reduzir os danos causados e a recuperação equivale às decisões estabelecidas após a calamidade, com a finalidade de melhorar e restaurar as condições das comunidades afetadas, proporcionando assim uma oportunidade para novas medidas que visam reduzir o risco de desastres locais.

Tasca, Pompêo e Finotti (2018) afirmam que os alagamentos estão relacionados

diretamente às deficiências do sistema de manejo de águas de chuva, ao mau planejamento citadino ou ao crescimento excessivo das cidades em um curto período, que dificultam a realização de obras de drenagem e de esgotamento de águas pluviais. De acordo com Santos e Pacheco (2013), o insatisfatório planejamento urbano está diretamente associado ao crescimento demográfico acelerado dos grandes centros do país, ressaltado ao apartamento entre a urbanização e a infraestrutura adequada à cidade, além do avanço desordenado do município, através das ocupações incompatíveis com a capacidade ambiental oferecida. As consequências da falta de um sistema de drenagem eficiente ocasionam impactos sociais e ambientais importantes aos municípios e doenças de veiculação hídrica, perdas de vidas, prejuízos econômicos, erosões, assoreamento de rios e canais dentre outros, são exemplos de problemas graves para as cidades.

Canholi (2015) defende que ações preventivas e corretivas de drenagem urbana sejam inseridas nos municípios de maneira integrada e devem ser apresentadas no plano diretor das prefeituras. Segundo o autor, “a falta de visão sistêmica no planejamento da macrodrenagem, que predomina por diversas razões, é a grande responsável pelo estado caótico do controle das enchentes nas áreas urbanas brasileiras”. No último Plano Diretor de Manejo de Águas Pluviais da Cidade do Rio De Janeiro (PDMAP), instituído pelo Decreto n.º 8.211 de 2014, em vigor desde outubro de 2015, a prefeitura do Rio de Janeiro reconhece a fundamental importância de uma ampla integração das políticas públicas que compartilhem com os recursos hídricos, evitando assim repetir as recorrentes e equivocadas práticas de implantação de infraestruturas de drenagem.

As estratégias habituais de governança de enchentes visam proteger as populações urbanas desses desastres. A Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro — Rio-Águas, criada pela Lei n.º 2.656 de 23 de junho de 1998, tem a responsabilidade de cuidar da gestão do manejo de águas pluviais e do sistema de esgotamento sanitário da cidade do Rio de Janeiro. São objetivos específicos da Fundação possibilitar o desenvolvimento de projetos, estudos e pesquisas que propiciem o controle de enchentes e o correto manejo dos corpos hídricos nas bacias hidrográficas do município. Conforme dados apurados na Lei Orçamentária Anual — LOA, entre os anos de 2012 a 2020, a prefeitura do Rio de Janeiro investiu em medidas de controle de enchentes para melhorar as condições de escoamento dos rios, canais e galerias para diminuir a frequência de inundações no município. Exemplos como a Implantação do sistema de meso e macrodrenagem das bacias hidrográficas e Manutenção de sistemas de manejo de águas pluviais das bacias hidrográficas foram ações realizadas em todo o período supracitado. (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2021).

As redes de macrodrenagem — constituída pelos rios e canais artificiais, e a de microdrenagem — formada por bueiros, estruturas de captação, poços de visita, tubos de ligação e galerias de águas pluviais, fazem parte de um complexo sistema de drenagem urbana e são de extrema importância para o funcionamento de escoamento hídrico da cidade. Bonavita e Fonseca (2019), afirmam que “as obstruções nas galerias decorrentes do acúmulo de resíduos sólidos no interior das mesmas devem ser retiradas de modo a evitar refluxos e permitir o bom funcionamento da rede de microdrenagem”. A necessidade de um bom funcionamento das redes existentes evitam episódios de alagamentos, impactando positivamente na vida da população.

SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS COMO ALTERNATIVA PARA O ENFRENTAMENTO DA CRISE

Prevenir e enfrentar as enchentes ocasionadas na cidade são iniciativas sustentáveis que trazem melhorias ao ambiente natural. O conceito de desenvolvimento sustentável foi estabelecido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente através da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. O Relatório de Brundtland, documento intitulado como Nosso Futuro Comum, criado na década de 1980, definiu o tema como: “O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (ONU, 2020). Portanto, investir em políticas públicas de prevenção e combate às enchentes reforçam as exigências atuais de soluções voltadas para a redução dos impactos causados por esse fenômeno, além de inspirar potencialmente os herdeiros da sociedade.

A título de exemplo de solução sustentável, a campanha “Cidades Resilientes: minha cidade está se preparando” — MCR 2030, promovida pela Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com as Organizações das Nações Unidas (ONU), é destinada aos gestores dos municípios, visando alertar e preparar as cidades, reduzindo assim os riscos de desastres. Com metas de ações globais estipuladas (2015 – 2030), a campanha tem como uma de suas prioridades, investir na redução do risco de desastre para a resiliência, estimular processos sustentáveis de urbanização, combater à ocupação de áreas ambientalmente vulneráveis e de risco, fomentar ao ordenamento da ocupação do solo entre outros, mostrando-se uma ótima iniciativa de combate às enchentes. (RIO DE JANEIRO, 2021).

Como alternativa para o enfrentamento das enchentes, Canholi (2015) defende que sejam implantadas medidas não convencionais de escoamento hídrico urbano. “Estruturas, obras, dispositivos, conceitos diferenciados de projeto (...) são soluções que diferem do conceito tradicional de canalização, mas podem estar-lhe associadas, para adequação ou otimização do sistema de drenagem” (CANHOLLI, 2015). Entre diversos exemplos de soluções singulares, as mais evidentes são as que retêm os esvaziamentos em reservatórios ou retardam o fluxo nas calhas dos córregos e rios.

Para Tucci e Bertoni (2003), a importância em investir em medidas não-estruturais para minimizar significativamente os prejuízos das inundações resultam num custo menor à administração pública. Alguns exemplos de políticas públicas que, em conjunto com as medidas estruturais, reduzem os riscos dos alagamentos são: elevação de estruturas existentes, construção de novas estruturas sob pilotis e o uso de material resistente à água, entre outras.

Outra possibilidade de enfrentamento aos alagamentos é o planejamento urbano sustentável. Guevara *et al.* (2019) concorda que “a formação de enchentes está ligada à poluição urbana ou às condições de infraestrutura, como a impermeabilização dos solos a partir da construção de ruas asfaltadas”. A criação de espaços verdes (parques, praças) e programas voltados para a arborização das ruas e espaços públicos de modo a permeabilizar a superfície, jardins de chuva para o escoamento e absorção de águas pluviais, e cacimbas para canalizar a água da chuva para o lençol freático são exemplos alternativos de políticas públicas que minimizam ou evitam os impactos advindos dos temporais e, a longo prazo, promovem o desenvolvimento sustentável da cidade, proporcionando qualidade de vida à população. Silveira, Dias e Schuch (2014), inclusive, sugerem que sejam construídas depressões em praças públicas, de modo a permear e

acumular o máximo de precipitação pluvial, funcionando como um retardador do volume de água a ser encaminhado para as galerias de chuva, resultando em uma diminuição nos picos de vazão.

Segundo Marques, Raimundo e Xavier (2019), a educação ambiental no currículo escolar também é uma opção a ser considerada, dado a sua importância para a formação de cidadãos críticos e engajados nas pautas voltadas ao meio ambiente, retirando a sua posição de mero observador e assumindo-a como um autor pertencedor e responsável pelos quesitos socioambientais. A questão ambiental deve ser observada intrinsecamente, pois se trata de um conceito que une natureza, comunidade, política e economia. O bem-estar da sociedade depende também dos esforços pessoais de cada indivíduo, onde se “reforça a necessidade da participação popular para o despertar do senso de responsabilidade coletiva para com as demandas da atualidade”. (CARREIRA, 2020). Todos os esforços da prefeitura do Rio de Janeiro em combater as enchentes são válidos para o município.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Classificação da pesquisa

No que se refere a sua natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada, pois tem o intuito de gerar um melhor entendimento e conhecimento para sua aplicação imediata quanto às questões dos alagamentos na cidade do Rio de Janeiro, além de apresentar soluções práticas para tais problemas, conforme Ferrari (2020).

Quanto ao objetivo, realizou-se inicialmente uma pesquisa exploratória nos moldes de Gil (2019) para proporcionar uma maior familiaridade com a questão norteadora deste estudo, definir o objetivo da pesquisa e torná-la explícita. A construção do presente estudo, através da criação dos dados coletados, serviram de base para a concepção da investigação proposta.

Em relação à abordagem do problema, este estudo se trata de uma pesquisa qualitativa que busca analisar os efeitos das inversões direcionadas às medidas de prevenção de enchentes no município do Rio de Janeiro nos últimos oito anos. De acordo com Denzin e Lincoln (2006) “a pesquisa qualitativa é, intrinsecamente, um campo de investigação. Ela atravessa disciplinas, campos e temas”. Refere-se a uma abordagem realizada através da coleta de informações. Destaca-se também que esta pesquisa não despreza os aspectos quantitativos, visto que se utiliza de dados numéricos secundários para sua compreensão como, por exemplo, os encontrados no Portal da Transparência do município do Rio de Janeiro (2021), relacionados aos valores dos investimentos direcionados às políticas públicas de combate às enchentes vigentes no município e os dados relacionados ao volume de grandes chuvas e inundações na cidade do Rio de Janeiro, apontados no Relatório Anual de Chuvas para a Cidade do Rio de Janeiro (2019).

Procedimentos para coleta de dados

Quanto ao procedimento metodológico, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, pois

consistiu da reunião de informações e dados coletados em documentos como artigos científicos, livros e periódicos encontrados nas plataformas Scielo, Periódico Capes e Google Acadêmico. A seleção da documentação seguiu uma trajetória investigativa, que progrediu desde os primeiros relatos publicados sobre enchentes que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro, até as políticas atuais de mitigação dos alagamentos, em que foram buscadas informações que respondessem à pergunta norteadora. Para pesquisa documental, foram levantados documentos nas plataformas oficiais do município do Rio de Janeiro referentes ao assunto, como o Portal da Transparência da prefeitura do Rio de Janeiro, os portais da Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro e o Sistema Alerta Rio da prefeitura do Rio de Janeiro, por exemplo. Segundo Pizzani et al. (2012) “entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico”.

Instrumento para coleta de dados

Como instrumento de coleta de dados, essa pesquisa foi realizada através da análise documental, principalmente dos dados obtidos através da Lei Orçamentária Anual — LOA e dos Planos Estratégico e Diretor da Prefeitura do Rio de Janeiro, além do Relatório da CPI das Enchentes, complementando informações obtidas por outras técnicas, desvelando aspectos novos sobre o problema dos alagamentos na cidade do Rio de Janeiro, cobiçando alcançar o entendimento sobre os efeitos das aplicações direcionadas às políticas públicas de prevenção de enchentes no município, obedecendo cuidadosamente o planejamento em específico, de maneira a proporcionar os resultados esperados.

De acordo com Gil (1999), adotar esse mecanismo implica em “[...] estabelecer, antecipadamente, as categorias necessárias à análise da situação [...]”, requer um estudo exploratório sobre o que se pretende conhecer (em profundidade). Carece de ocorrer a aceitação do investigador por parte do grupo investigado quanto ao que se quer obter como resultados da pesquisa.

Procedimentos para tabulação e análise dos dados coletados

Para sistematizar e efetuar a análise dos dados coletados, foram construídos e apresentados gráficos e tabelas comparativas, elaborados a partir dos materiais coletados, com o propósito de averiguar os impactos advindos das inversões de enfrentamento às enchentes e os resultados gerados no município do Rio de Janeiro.

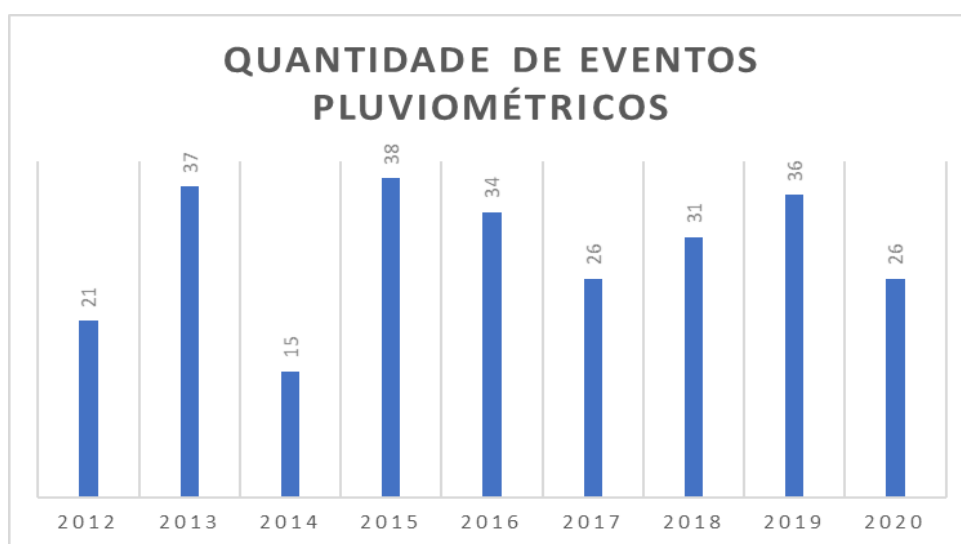
Desenvolvimento — Apresentação e Discussão dos Resultados

Diante dos resultados obtidos, de modo a esclarecer a relevância dos investimentos em políticas públicas de combate aos alagamentos no município do Rio de Janeiro, já que a necessidade e os benefícios de tais medidas são fartamente documentados na literatura da área (LIMA E D’ASCENZI, 2018); (ALVES, 2017) (CAPELLA, 2018); (GARCIAS, FERENTZ E PINHEIRO, 2019); (TASCA, POMPÊO E FINOTTI, 2018); (CANHOLI, 2015); (BONAVITA E FONSECA, 2019); (GUEVARA ET AL., 2019) e (SILVEIRA, DIAS

E SCHUCH, 2014), esta constatação é realmente pertinente e em concordância com os autores, no que se refere a questão da redução do impacto das enchentes e no desejo de evitar mais tragédias causadas pelos temporais.

Conforme o Relatório Anual de Chuvas para a Cidade do Rio de Janeiro — Sistema Alerta-Rio, que segue uma série de critérios pré-estabelecidos pela Fundação Geo-Rio, entre os anos de 2012 e 2020 foram registrados altos números de eventos pluviométricos significativos, portadores de um elevado potencial de deflagração de escorregamentos nas encostas, capazes de produzir catástrofes na cidade. O gráfico 1 aponta que, embora haja variação na quantidade de chuvas de um ano para o outro, é muito comum o município apresentar elevadas quantias de eventos pluviométricos no período.

Gráfico 1: Eventos Pluviométricos — Anual



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro — GEO-RIO. 2019

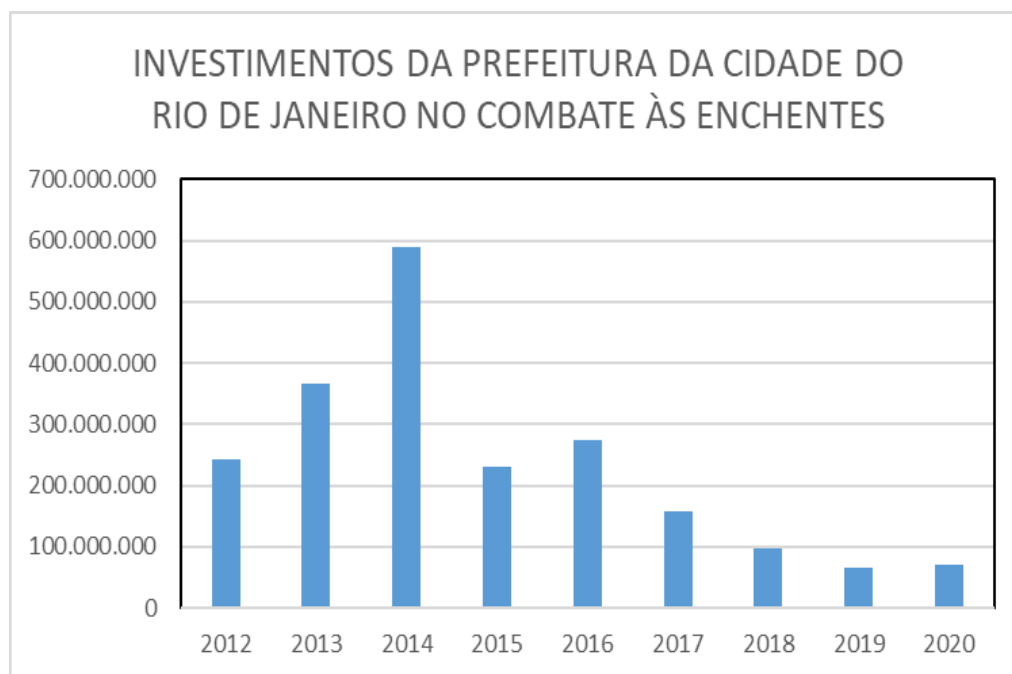
Isso significa que, considerados as médias de temporais registrados no município, a prefeitura do Rio de Janeiro, baseada na determinação do plano diretor municipal de 2014, deveria estar mais atenta aos riscos de inundação, mas, em contrapartida, conforme dados apurados na Lei Orçamentária Anual — LOA, entre os anos de 2018 e 2020, políticas públicas de Controle e Ampliação do Sistema de Drenagens e as Intervenções de Revitalização em Praias e Lagoas, por exemplo, foram excluídas da pauta governamental, segundo o relatório. (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2021).

O ano de 2014, como mostra o gráfico 2, foi bastante favorável economicamente ao município. Para receber o megaevento Olímpico e Paraolímpico de 2016 na cidade do Rio de Janeiro, o município recebeu um aporte financeiro vultoso, numa parceria dos setores públicos e privados, resultando em grandes investimentos, inclusive em infraestrutura, implantadas em boa parte da região metropolitana da cidade. Segundo dados retirados do Relatório da situação — O TCU e as Olimpíadas de 2016, 4ª edição, 2016, publicado pelo Tribunal de Contas da União, obras como o reservatório de amortecimento de cheias da Praça da Bandeira e a canalização Rio Trapicheiros, por exemplo, com objetivo de acabar com os transtornos provocados por chuvas intensas na região e controlar as enchentes da Grande Tijuca, fizeram parte do Plano de Políticas Públicas de legado dos Jogos de 2016. (BRASÍLIA, 2016).

Outras medidas como a revitalização de bacias fluviais, obras de drenagem, recuperação de cursos d'água, revitalização das margens e recuperação da calha dos rios — para aumentar a capacidade de escoamento das águas pluviais, além da reabilitação ambiental de Jacarepaguá e reflorestamento de encostas — como ação de contribuição para o aumento da permeabilidade do solo, também fizeram parte das diversas providências tomadas pela prefeitura da cidade no que se refere às políticas públicas voltadas ao combate às enchentes naquele momento, mas que, comparadas às pautas enumeradas em todo o período desta pesquisa, segundo a LOA, foram diligências pontuais, de caráter finito, das quais poucas se mantiveram como forma de prevenção às inundações na cidade. (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2021).

O fato é que houve um momento atípico na cidade do Rio de Janeiro em relação ao aumento nos investimentos em políticas públicas, mas também foi percebido que, após passado o período olímpico, houve uma queda brusca nas inversões de combate às enchentes. O tombo de 72% das receitas para o combate aos alagamentos em 2019 em relação ao valor médio anual (considerando o período de 2012 a 2020), segundo os dados apresentados na Lei Orçamentária Anual — LOA, no Portal da Transparência da Prefeitura do Rio de Janeiro, mostram a comparação entre o valor médio anual em investimentos de enfrentamento às enchentes (R\$ 232 milhões por ano) e o valor investido em 2019 (R\$ 65 milhões). O gráfico 2 indica evidentemente um acentuado baque nos recursos voltados ao enfrentamento das enchentes.

Gráfico 2: Investimentos em Políticas Públicas de Combate às Enchentes (em Reais)



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2021.

Conforme registros na LOA, publicados no Portal da Transparência da Prefeitura do Rio de Janeiro, no ano de 2019 os investimentos públicos de combate aos alagamentos foram os de menor montante registrado em todo o período (2012 a 2020) e, possivelmente, não eram a prioridade da gestão municipal, considerando que houve descontinuidade de

diversos serviços públicos aqui apresentados. Estratégias de combate às problemáticas das enchentes não foram mantidas, resultando em sérios prejuízos à cidade do Rio de Janeiro. (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2021).

Tais prejuízos foram constatados através da Comissão Parlamentar de Inquérito — Resolução Plenária nº 1450/2019 — CPI das Enchentes, investigação realizada após os desastres que arrasaram o Rio de Janeiro em fevereiro e abril de 2019. Conforme o relatório final, projetos importantes sofreram graves cortes orçamentários, como os Programas de Prevenção de Enchentes e os Programas de Proteção de Encostas e Áreas de Risco Geotécnico. Segundo o documento, a chuva intensa deixou um rastro de destruição, desde apagões, passando por paralisação das atividades de transporte urbano, até a morte de dois passageiros que estavam dentro de um ônibus soterrado. (RIO DE JANEIRO, 2019).

Também foram apontados na LOA, entre os anos de 2012 e 2020, que as políticas públicas de Proteção de Áreas Verdes sofreram grandes variações em investimentos durante todo o período. O aporte financeiro destinado ao Planejamento e Execução de Manejo para os Parques Naturais Municipais e à Construção e Preservação de Praças e Jardins, alternativas sustentáveis de auxílio à drenagem urbana em ambientes construídos, que melhoram a infiltração das águas pluviais das áreas impermeáveis, foram drasticamente diminuídos. As políticas e obras públicas voltadas às questões ambientais, considerando os dados citados, tiveram fortes impactos, haja vista a dimensão geográfica da cidade. Nota-se no gráfico 3 o declínio financeiro voltado à gestão ambiental municipal. (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2021).

Gráfico 3: Investimentos em Políticas de Proteção de Áreas Verdes (em Reais)



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2021.

Evidencia-se então, a partir dos dados citados, que os impactos das chuvas, somados aos graves problemas de gerenciamento apontados, resultaram em sérias complicações estruturais ao município, prejudicando assim a qualidade da administração e diminuindo a capacidade da gestão municipal em lidar com os desafios socioambientais da cidade.

Conclusão ou Considerações Finais

Considerando os resultados aqui apresentados em relação aos investimentos em políticas públicas de enfrentamento e combate às enchentes, conclui-se que, quanto menos capital se aplica em medidas de redução de impactos de desastres na cidade, maiores são os efeitos negativos provocados no município. Prejuízos econômicos, sociais e estruturais são consequências do descaso e da má administração pública, notadamente observados neste artigo.

A análise constatou que a poluição, o desmatamento nas encostas e o mau uso e ocupação do solo, ações essas provocadas pelo homem sobre o ecossistema, contribuem para os eventos das enchentes, causando danos humanos, materiais e ambientais à população, muitas vezes irreversíveis. Foi percebido que, embora as políticas públicas de combate e controle das enchentes no município do Rio de Janeiro sejam implantadas para enfrentar as questões das enchentes na cidade, elas são poucas vezes continuadas. Ações preventivas e estratégicas que atenuem os riscos de desastres devem ser adotadas como procedimento rotineiro pelos setores governamentais, já que não é possível impedir o temporal e o excesso de água nas galerias pluviais da cidade.

Foi constatado que, na medida que se intensificou a queda nas receitas públicas municipais entre os anos de 2012 e 2020 e os significativos eventos pluviométricos registrados na mesma época na cidade se mantiveram altos, o município do Rio de Janeiro, em relação às precauções quanto às enchentes, ficou totalmente vulnerável, e a catástrofe como a de 2019 foi o resultado de uma tragédia anunciada.

Portanto, para essas situações, a melhor opção é manter o compromisso social e financeiro estipulados no plano diretor da prefeitura, haja vista que tal relatório é um instrumento diagnóstico da real situação da drenagem urbana local. A importância de persistir em medidas corretivas e preventivas que visam a redução ou a minimização do flagelo das enchentes no Rio de Janeiro permitem que o atendimento das necessidades urbanas da cidade, fundamentais no controle das inundações no município, sejam devidamente cumpridos.

Esta reflexão leva a conclusão que é de extrema relevância a implantação, a expansão e o cumprimento das políticas públicas de combate e controle das enchentes no município do Rio de Janeiro, cabendo à gestão municipal a responsabilidade tanto dessas referidas ações, quanto dos prejuízos causados à cidade.

REFERÊNCIAS

- ABRELPE (Brasil). Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública. **Os descaminhos do lixo**. 2019. Estadão — Opinião. Disponível em: <<https://abrelpe.org.br/brasil-produz-mais-lixo-mas-nao-avanca-em-coleta-seletiva/>>. Acesso em: 05 out. 2021.
- ALVES, Cathia. **O lazer no programa escola da família: análise do currículo e da ação dos educadores universitários**. 2017. 227f. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2017.
- BONAVITA, Georgia Dutra Oliveira; FONSECA, Paulo Luiz da. **Análise de sistemas de microdrenagem: as built e as possíveis interferências em áreas urbanas**. Labor & Engenho, SP, v.13, 1 – 12, e019007, 2019 — ISSN 2176 – 8846. DOI: 10.20396/labore.V13i0.8655745, 2019, p.02. Bounded rationality and garbage can models of policy-making. In: PETERS, Guy; ZITTOUN, Philippe (org.). *Contemporary Approaches to Public Policy: theories, controversies and perspectives*. London: Palgrave Macmillan, 2016. p. 264. Traduced Enap.
- BRASÍLIA. Ministro Augusto Nardes. Tribunal de Contas da União. **O TCU E AS OLIMPÍADAS DE 2016**: Relatório de situação. 2016. 4ª edição. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/44/44/F5/84/0FA1F6107AD96FE6F18818A8/TCU_olimpiadas_2016_4_edicao.pdf .Acesso em: 28 out. 2022.
- CANHOLI, Aluísio Pardo. **Drenagem Urbana e Controle de Enchentes**. [S. l.: s. n.], 2015, p. 347.
- CAPELLA, Ana Cláudia Niedhart. **Formulação de políticas públicas**. Brasília: Enap, 2018. p 73.
- CARREIRA, Rosana Cristina. O PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**. Edição Especial, v. 11, n.2, p. 11 – 23, 2020.
- COSTA, Alexander Josef Sá Tobias da; CONCEIÇÃO, Rodrigo da Silva; AMANTE, Fernanda de Oliveira. **As enchentes urbanas e o crescimento da cidade do Rio de Janeiro: estudos em direção a uma cartografia das enchentes urbanas**. GEO UERJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil ² Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), São José dos Campos, SP, Brasil ³ Colégio Pedro II (CP II), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Geo UERJ | E-ISSN 1981-9021 ARTIGO. doi:10.12957/geouerj.2018.25685 Recebido em: 20 set. 2016 | Aceito em: 31 mai. 2018, p. 06 — 09.
- COSTA, Helder *et al.* **Enchentes no estado do Rio de Janeiro — uma abordagem geral**. Rio de Janeiro: Semads, 2001. p. 79.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Org.s.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15 – 41.
- ESTEVÃO, R. B.; FERREIRA M. D. M. **ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: uma breve revisão de aspectos metodológicos para formulação de políticas**. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas — UFPI renildoe@yahoo.com.br. Submetido

02/01/2018 — Aceito 07/08/2018 DOI: 10.15628/holos.2018.6818. HOLOS. Ano 34, Vol. 03, p. 05.

FERRARI, Carlos Kusano Bucalen. Como Fazer Pesquisas Científicas na escola? Um guia para professores. **Revista Multidisciplinar de Ensino**, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira. (CAP — UERJ). V9 N. 20. Janeiro/abril 2020. ISSN - 2316-9303. DOI: 10.12957/e-mosaicos.2020.45084.

GARCIAS, Carlos Mello; FERENTZ, Larissa Maria da Silva; PINHEIRO, Eduardo Gomes. **A Resiliência como Instrumento de Análise da Gestão Municipal de Riscos e Desastres**. *Redes*, [s. l.], v. 24, maio/Agosto 2019, p. 101 — 102. ISSN 1982-6745. DOI:10.17058/redes.v24i2.13241.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. Ed. São Paulo: Atlas. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GREENPEACE BRASIL. As mudanças climáticas já chegaram ao Rio de Janeiro. **“Blog” Transforme a Sociedade. Cidades**. 10 de abril de 2019. Disponível em <<https://www.greenpeace.org/brasil/blog/as-mudancas-climaticas-ja-chegaram-ao-rio-de-janeiro/>> Acesso em 20/04/2021.

GUEVARA, Arnolde José De Hoyos *et al.* **Sustentabilidade ODS 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis**. Pontifícia Universidade Católica De São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Administração e Programa de Pós-Graduação em Economia FEA/PUC-SP. São Paulo. 2019. p.22.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Universo — Aglomerados subnormais**. 2010. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/pesquisa/23/25359>> . Acesso em 16/05/2021.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. **Políticas Públicas, Gestão Urbana e Desenvolvimento Local**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018, p. 36.

MAIA, Andréa. Imagens de uma cidade submersa: o Rio de Janeiro e suas enchentes na memória de escritores e fotógrafos. **Revista Escritos**, [s. l.], ano 6, n. 6, 2012. n.p.

MARQUES, Ronualdo; RAIMUNDO, Jerry Adriano; XAVIER, Claudia Regina. **Educação Ambiental: Retrocessos e contradições na base nacional comum curricular**. “Interfaces” da Educação, Parnaíba, v.10, n.28, p.445 à 467, ISSN 2177 – 7691, 2019, p. 458.

ONU (Brasil). Organização das Nações Unidas. **A ONU e o meio ambiente**. 2020. Nações Unidas Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: 22 out. 2022.

PIZZANI, Luciana *et al.* A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 53 – 66, jul./dez. 2012.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO — GEO-RIO. 2019. **Relatório Anual de Chuva para a cidade do Rio de Janeiro**. Disponível em <<http://www.sistema-alerta-rio.com.br/documentos/relatorios-de-chuva/>>. Acesso em 14/05/2021.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Lei Orçamentária Anual (LOA)**. 2021. Portal da Transparência da Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www2.rio.rj.gov.br/smf/orcamento/loa.asp>>. Acesso em 16/05/2021.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Plano Diretor de Manejo de Águas Pluviais da cidade do Rio de Janeiro (PDMAP)**. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/8940582/4249724/RA0027.RA.3775_RELATORI_OSINTESEPDMAP.pdf>. Acesso em 19/04/2021.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Plano Estratégico**. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2116763/4104304/planejamento_estrategico_1316.pdf>. Acesso em 20/04/2021.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Fundação Rio-Águas completa 24 anos de trabalho com Drenagem Urbana e Saneamento da cidade do Rio de Janeiro**. 2022. Disponível em: <<https://www.rio.rj.gov.br/web/rio-aguas/exibeconteudo?id=14664741>>. Acesso em: 30 jun. 2022

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Parque Natural Municipal da Prainha e Parque Natural Municipal de Grumari: Plano de Manejo**. 2012. FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE – FUNBIO. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5215012/4136121/2011_04PMPlaneja_1Final.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2022.

RIO DE JANEIRO. CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito Instituída pela Resolução Nº 1.450/2019 “CPI das Enchentes”**. Outubro / 2019. Disponível em: <<https://rfinal-cpienchentes.s3-sa-east-1.amazonaws.com/Relat%C3%B3rio-Final.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

RIO DE JANEIRO. DEFESA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. (Org.) **Cidades Resilientes**. 2021. Disponível em <<http://www.defesacivil.rj.gov.br/index.php/cidades-resilients-link>>. Acesso em 15/05/2021.

SANTOS, Reinaldo Pacheco dos; PACHECO, Clécia Simone Gonçalves Rosa. **Crescimento desordenado, segregação social nas cidades médias Brasileiras: O caso da cidade de Juazeiro/Bahia/Brasil**. 2013. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/066.pdf>. Acesso em: 28 out. 2022.

SANTOS, Stefane Ferreira dos; ALVES, Cathia. Políticas Públicas: Os Parques Da Cidade De Salto — SP. e o lazer. **Revista Corpoconsciência**, Cuiabá-MT, v. 25, n. 1, p. 105 – 120, jan./ abr., 2021 | ISSN 1517 – 6096 — ISS Ne 2178 – 5945. DOI: <<https://doi.org/10.51283/rc.v25i1.11808.p.107>>.

SCHUELER, Adriana Soares de; KZURE, Humberto; RACCA, Gustavo Badolati. Como estão os resíduos urbanos nas favelas cariocas? **Urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [s. l.], abril 2018, não paginado. DOI <<https://doi.org/10.1590/2175-3369.010.001.A015>>. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/urbe/a/Mz5G7qhj6jtmY3fsJh9rGnQ/?lang=pt>>. Acesso em: 10 out. 2021.

SILVA, T.M.; SILVA, S.L.S. **O relevo do estado do Rio de Janeiro: cenário de beleza e fragilidade ambiental**. In: MARAFON, G.J., and RIBEIRO, M.A. org.s. **Revisitando o território fluminense**. VI [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017, pp.

43 – 67. ISBN: 978-85-7511-457-5. DOI: <<https://doi.org/10.7476/9788575114575.0004.p.44-67>>.

SILVEIRA, Cassiane Aparecida; DIAS, Patrícia; SCHUCH, Fernanda Simoni. **A problemática das inundações em áreas urbanas sob a ótica da permeabilidade do solo.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO DA UFSC; 11º; 2014; Florianópolis; Anais Eletrônico. Florianópolis; UFSC, 2014. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/134547/COBRAC_2014_6-8-1-RV.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 29/06/2022.

SILVESTRE, Hugo Consciência; ARAÚJO, Joaquim Felipe Ferraz Esteved de. **Teoria do Equilíbrio Pontuado nas Políticas Públicas brasileiras: O caso do Ceará.** RAC, Rio de Janeiro, v. 19, n. 6. Nov./Dez. 2015. DOI <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac20151721>>. Acesso em: 10 out. 2021.

TASCA, Fabiane Andressa; POMPÊO, César Augusto; FINOTTI, Alexandra Rodrigues. EVOLUÇÃO DA GESTÃO DA DRENAGEM URBANA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ITAJAÍ AÇU. **Rev. Gest. Ambient. Sustentabilidade**, São Paulo, Vol. 7, N. 2 p.264 – 283. Mai./ ago. 2018.

TUCCI, Carlos E M.; BERTONI, Juan Carlos (Org.s). **Inundações Urbanas na América do Sul.** Porto Alegre: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2003, p.63. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/samtac/noticias/documentosdetrabajo/5/23335/InBr02803.pdf>>.

Artigo – Administração Brasileira.

A construção de relações interpessoais no ambiente de trabalho para a população LGBTQIAPN+: Revisão Integrativa

Nome: André de Souza Melo¹

Universidade do Estado da Bahia

e-mail: decomeloadsm05@outlook.com

Nome: Marta Pereira Santos²

Universidade do Estado da Bahia

e-mail: mapsantos@uneb.br

Nome Mateus dos Santos Brito³

Universidade Federal da Bahia/ Instituto de Saúde Coletiva (UFBA/ISC)

e-mail: mateusbrito@ufba.br

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo realizar uma revisão integrativa acerca dos estudos que abordam a construção de relações interpessoais no ambiente de trabalho para a população LGBTQIAPN+. Trata-se de uma revisão integrativa realizada no período de agosto de 2021 a julho de 2022. Foram incluídos artigos, teses, monografias e dissertações, publicados entre 2012-2022, em inglês, espanhol e português e disponíveis gratuitamente. Sendo excluídas revisão da literatura e estudos acerca das relações interpessoais no ambiente de trabalho sem incluir as pessoas LGBTQIAPN+. As buscas e a seleção foram guiadas pelo PRISMA, sendo realizadas nas bases de dados SCOPUS (Elsevier©), Web Of Science (Clarivate©), SciELO, Catálogo da CAPES e Google Scholar Web Search. Foram recolhidos 186 estudos científicos e após a seleção e triagem com base nos critérios de inclusão, foram selecionados 24 estudos do Brasil, USA, Holanda, Suécia, Itália, Portugal, Colômbia e Reino Unido. Segundo a literatura científica a construção das relações interpessoais para a população LGBTQIAPN+ no ambiente de trabalho tem influências de dinâmicas sociais e políticas estruturantes da sociedade, tais como o reconhecimento e relações de poder desiguais baseados na sexualidade, casos de preconceitos, violências, discriminação, assédio, intolerância e sofrimento no espaço de trabalho. Isto tem impactado no funcionamento e rendimento de empresas e seus respectivos trabalhadores, podendo gerar impactos complexos em sua saúde. A revisão revela a importância e necessidade de iniciativas, ações e políticas institucionais na busca pela valorização da diversidade organizacional, inclusão, construção de ambientes de trabalho saudáveis e o combate à discriminação por gênero e sexualidade.

Palavras chave: Minorias Sexuais e de Gênero. Ambiente de Trabalho. Relações Interpessoais.

ABSTRACT

The objective of the study is to carry out a integrative review of studies that address the construction of interpersonal relationships in the work environment for the LGBTQIAPN+ population. This is an integrative review carried out from August 2021 to July 2022. Articles, theses, monographs and dissertations, published between 2012-2022, in English, Spanish and Portuguese and available for free, were included. Literature review and studies on interpersonal relationships in the work environment without including LGBTQIAPN+ people were excluded. The searches and selection were guided by PRISMA, being carried out in the databases SCOPUS (Elsevier©), Web Of Science (Clarivate©), SciELO, CAPES Catalog and Google Scholar Web Search. 186 scientific studies were collected and after selection and screening based on the inclusion criteria, 24 studies were selected from Brazil, USA, Netherlands, Sweden, Italy, Portugal, Colombia and the United Kingdom. According to the scientific literature, the construction of interpersonal relationships for the LGBTQIAPN+ population in the work environment are influenced by social dynamics and structuring policies of society, such

¹ Discente do curso de Administração da Universidade do Estado da Bahia (2022).

² Psicóloga pela Universidade Estadual da Paraíba (2001), especialista em Psicopedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2004) e Gestão empresarial pela Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia (2003) e docente do curso de Administração da Universidade do Estado da Bahia (2022).

³ Fisioterapeuta pelo Centro Universitário Social da Bahia (2019), mestrando em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia/Instituto de Saúde Coletiva (2022) e especialista pela Residência Multiprofissional em Saúde da Família com Ênfase na População do Campo pela Universidade de Pernambuco (2022).

as recognition and unequal power relations based on sexuality, cases of prejudice, violence, discrimination, harassment, intolerance and suffering in the workplace. This has impacted on the functioning and performance of companies and their respective workers, and can generate complex impacts on their health. The review reveals the importance and need for initiatives, actions and institutional policies in the search for the valorization of organizational diversity, inclusion, construction of healthy work environments and the fight against discrimination based on gender and sexuality.

Keywords: Sexual and Gender Minorities. Workplace. Interpersonal Relationships.

RESUMEN

El presente estudio se centra no objetivo de realizar una revisión integrativa de estudios que abordan la construcción de relaciones interpersonales en el ámbito laboral para la población LGBTQIAPN+. Se trata de una revisión integradora realizada de agosto de 2021 a julio de 2022. Se incluyeron artículos, tesis, monografías y disertaciones, publicados entre 2012-2022, en inglés, español y portugués y disponibles de forma gratuita. Se excluyeron revisión de literatura y estudios sobre relaciones interpersonales en el ámbito laboral sin incluir a personas LGBTQIAPN+. Las búsquedas y selección fueron guiadas por PRISMA, realizándose en las bases de datos SCOPUS (Elsevier©), Web Of Science (Clarivate©), SciELO, CAPES Catalog y Google Scholar Web Search. Se recopilaron 186 estudios científicos y después de la selección y cribado en base a los criterios de inclusión, se seleccionaron 24 estudios de Brasil, EE. UU., Países Bajos, Suecia, Italia, Portugal, Colombia y Reino Unido. De acuerdo con la literatura científica, la construcción de las relaciones interpersonales de la población LGBTQIAPN+ en el ámbito laboral están influenciadas por dinámicas sociales y políticas estructurantes de la sociedad, tales como el reconocimiento y las relaciones de poder desiguales basadas en la sexualidad, casos de prejuicio, violencia, discriminación, acoso, intolerancia y sufrimiento en el lugar de trabajo. Esto ha impactado en el funcionamiento y desempeño de las empresas y sus respectivos trabajadores, pudiendo generar impactos complejos en su salud. La revisión revela la importancia y necesidad de iniciativas, acciones y políticas institucionales en la búsqueda de la valorización de la diversidad organizacional, la inclusión, la construcción de ambientes de trabajo saludables y la lucha contra la discriminación basada en el género y la sexualidad.

Palabras clave: Minorías Sexuales y de Género. Ambiente de Trabajo. Relaciones Interpersonales.

[Submetido em 13-07-2022 – Aceito em: 28-09-2022 – Publicado em: 30-12-2022]

INTRODUÇÃO

O ambiente de trabalho pode ser caracterizado como o local onde são desenvolvidas as ações de trabalho, a convivência e permanência dos trabalhadores. Um ponto fundamental na construção de ambientes de trabalho saudáveis e produtivos, se dá no estabelecimento de relações interpessoais cooperativas, acolhedoras e inclusivas (Navarro, 2012; Dantas & Henriques, 2020).

Deste modo, a literatura científica tem evidenciado o caráter singular e subjetivo do comportamento humano, o modo como estas singularidades se relacionam tem sido denominado como relações interpessoais, que são construídas a partir das interações entre os diferentes sujeitos, essencialmente em espaços de convívio social ou político (Bourdieu, 2008).

A construção de relações interpessoais no ambiente de trabalho tem papel significativo no funcionamento das empresas, na produtividade, saúde mental e desempenho dos trabalhadores, bem como nos resultados alcançados pelas organizações (Navarro, 2012; Dantas & Henriques, 2020).

Para Chiavenato (2010), as organizações e os trabalhadores constroem ao longo do tempo uma relação de interdependência, com raízes nas dinâmicas laborais e na forma como as empresas visualizam os trabalhadores e como eles enxergam as empresas.

Analisando os estudos científicos da área da administração, o campo da gestão de pessoas, tem se apresentado como capaz de promover interações saudáveis e bem-sucedidas no espaço de trabalho, ao passo que conjuga o capital humano, o intelectual e um série de processos determinantes para uma trajetória resultados positivos para as empresas e para os trabalhadores (Chiavenato, 2010).

As investigações no campo da gestão de pessoas têm apresentado uma tendência crescente acerca das discussões sobre a questão da diversidade nas organizações, especialmente a partir de 1980. As pesquisas têm se debruçado principalmente em perspectivas de inclusão de grupos sociais vulnerabilizados, melhoria do ambiente laboral e valorização da diversidade de acordo com as necessidades do mercado (Galvin, 2006).

No entanto, um dos grandes desafios que se tem enfrentado é a busca por ferramentas de gerenciamento e promoção da diversidade entre os trabalhadores. Neste sentido, as políticas de diversidade podem ser instrumentos de gestão potentes na promoção de ações de inclusão organizacional e convivência saudável, contudo, isso deve vir acompanhado de mudanças na postura dos gestores, principalmente em um olhar positivo para a inclusão da diversidade, bem como na implementação de políticas com múltiplos olhares, dos gestores, organizações, minorias sociais e não minorias (Bailyn, 2006; Saraiva & Irigaray, 2009).

Ao observar a diversidade de gênero e sexualidade no ambiente de trabalho é possível identificar que grupos sociais específicos, tem maior presença em empregos formais e espaços de gestão em detrimento de outros grupos sociais, que por sua vez ficam marginalizados, um exemplo disso é a situação da população LGBTQIAPN+ nos espaços de trabalho. Estas tendências, representam uma projeção de estruturas sociais de poder e desigualdade, dentro das organizações e instituições (Torres & Nebra, 2014; Butler, 1990).

Segundo os estudos de Butler (1990), as sociedades ocidentais têm construído, ao longo da história, uma noção hegemônica de gênero e sexualidade, tendo como modelo as relações heterossexuais e a cisgeneridade. Isso significa que as relações afetivas

estabelecidas entre homens e mulheres cisgênero, ou seja, aqueles que ao nascer foram identificados como tais e ao longo de suas vidas mantiveram esta identidade de gênero, devem ser a norma a ser seguida pela sociedade. Segundo a autora, identidade de gênero e a sexualidade não são questões inatas e fixas, não são regras ou normas e sim parte de uma construção social que pode variar de acordo com os contextos e trajetórias dos sujeitos.

Deste modo, a imposição da heterocisnormatividade para a parcela da sociedade que não se identifica com ela, acaba por originar processos de exclusão social, vulnerabilização e violência. A exemplo do que ocorre com as pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis, *Queer/Questionando*, Intersexuais, Assexuais/Arromânticos, Pansexuais/Polissexuais, Não-binários e demais identidades de gênero e sexualidade (LGBTQIAPN+), objeto central deste estudo (Lopes *et al.*, 2021).

No Brasil, a população LGBTQIAPN+ vem sofrendo com altos índices de violências e assassinatos, liderando o ranking mundial. A região Nordeste e o estado da Bahia registram os maiores índices, em contrapartida, o país tem avançado a passos curtos na garantia de direitos sociais LGBTQIAPN+ (Gay Latino & Aliança Nacional LGBTI, 2018).

Tais violências, têm ocorrido nos mais diversos espaços sociais de circulação e convívio, incluindo no trabalho. Deste modo, a construção de relações interpessoais inclusivas e saudáveis parece central na busca pela consolidação de ambientes laborais democráticos, diversos e plurais. Portanto, o objetivo desta investigação é realizar uma revisão integrativa acerca dos estudos que abordam a construção de relações interpessoais no ambiente de trabalho para a população LGBTQIAPN+.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão integrativa com abrangência nacional e internacional, realizado de agosto de 2021 a junho de 2022, tendo como foco estudos acerca da construção de relações interpessoais no ambiente de trabalho sob para as pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis, *Queer/Questionando*, Intersexuais e Assexuais/Arromânticos, Pansexuais/Polissexuais e Não-binários (LGBTQIAPN+).

Segundo Souza, Silva & Carvalho (2010), estudos científicos no formato de revisão integrativa objetivam desenvolver uma abordagem criteriosa e sistemática, considerada mais ampla do que geralmente se é realizado em revisões da literatura e com menos etapas do que a revisão sistemática. Buscando possibilitar a inclusão de estudos empíricos e teóricos, com vistas a possibilitar o entendimento total dos fenômenos estudados, podendo objetivar a aceitação de conceitos e teorias, análise de problemas e metodologias específicas da temática em questão.

A escolha das bases de dados utilizadas na busca pelos estudos se deu a partir da adoção de critérios quanto a qualidade da base, sua abrangência multidisciplinar e disponibilização de estudos nacionais e internacionais. Neste sentido, foram selecionadas duas bases de dados para a busca de estudos internacionais nas línguas inglesa e espanhola, sendo elas a “SCOPUS (*Elsevier*©)” e “*Web Of Science (Clarivate*©)”. E para as buscas em português, foram utilizadas a biblioteca virtual “*Scientific Electronic Library Online (SciELO)*”, e o repositório “Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)”.

Foram verificadas literaturas complementares na plataforma “*Google Scholar Web Search*” e na busca manual em acervos físicos e de outras fontes. Estas duas últimas estratégias foram adotadas no movimento de ampliar as buscas, sendo incluídos estudos científicos que por ventura não estivessem disponíveis nas bases de dados, bibliotecas virtuais e repositórios utilizados.

Foram adotados como critérios de inclusão aqueles artigos científicos, monografias, teses e dissertações, disponibilizados gratuitamente, publicados em inglês, espanhol e português, no período entre 2012 e 2022. Sendo excluídos os estudos com o desenho de revisão da literatura e que abordassem a temática das relações interpessoais no ambiente de trabalho sem incluir a população LGBTQIAPN+. As fórmulas utilizadas para as buscas responderam as especificidades de cada base de dados, contando com os seguintes descritores e operadores booleanos.

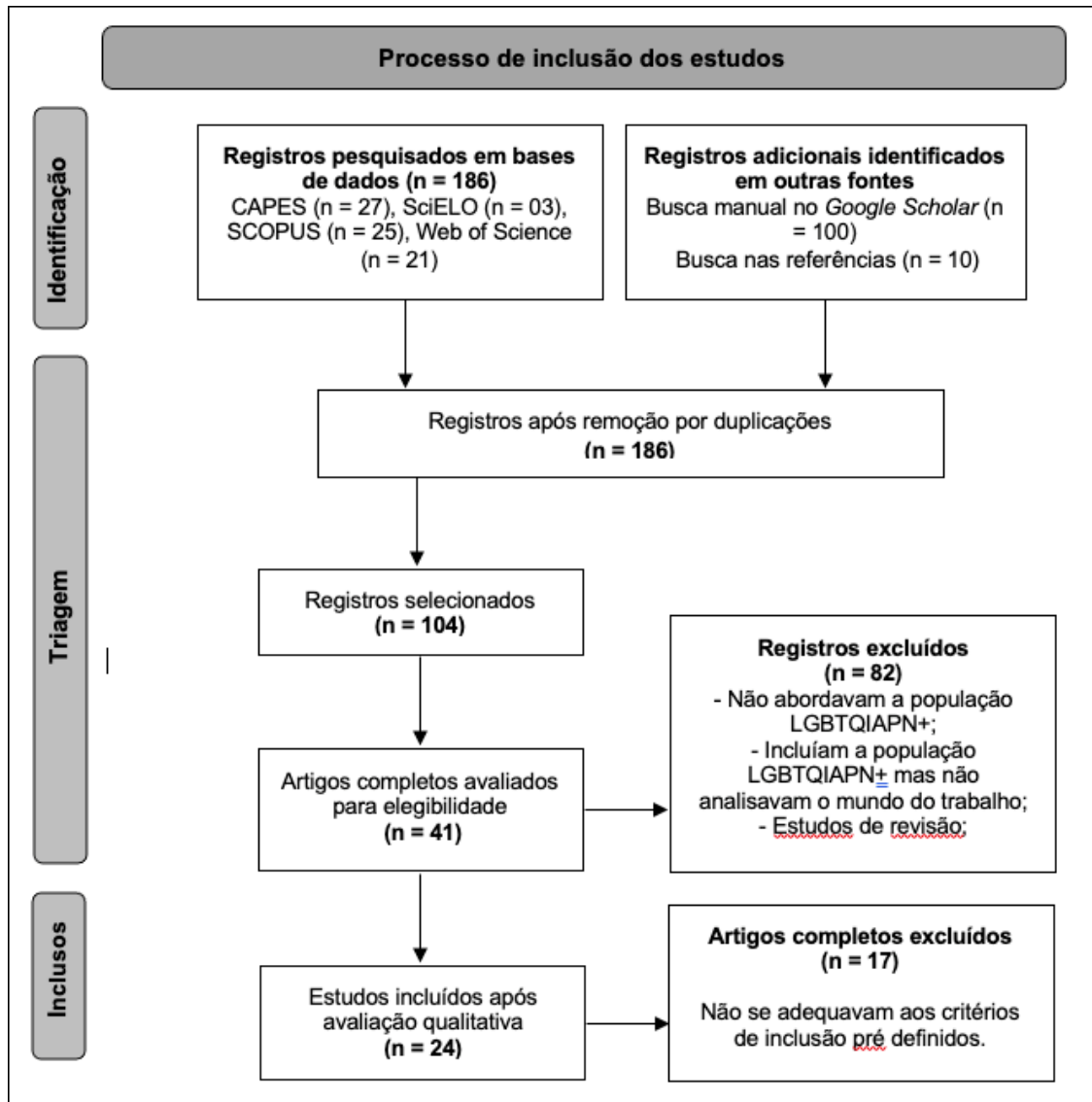
Scientific Eletronic Library Online (SciELO), Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e Google Scholar Web Search: (PESSOAS LGBT) AND (AMBIENTE DE TRABALHO) AND (MERCADO DE TRABALHO) OR (MUNDO DO TRABALHO) AND (RELAÇÕES INTERPESSOAIS).

SCOPUS (Elsevier©), Web Of Science (Clarivate©): (LGBT PEOPLE) OR (GENTE LGBT) AND (WORKPLACE) OR (AMBIENTE DE TRABAJO) AND (WORKING ENVIRONMENT) OR (MERCADO DE TRABAJO) AND (INTERPERSONAL RELATIONSHIPS) OR (RELACIONES INTERPERSONALES).

A definição dos descritores utilizados para as buscas foi realizada através da tradução da pergunta de investigação, estruturada a partir do acrônimo PICO (*Participants, Phenomenon of Interest and Context*), sendo: P = LGBTQIAPN+; I = relações interpessoais; Co = ambiente de trabalho. Originando a seguinte pergunta de investigação: como se dá a construção de relações interpessoais no ambiente de trabalho para a população LGBTQIAPN+?

O processo de seleção dos estudos foi realizado sistematicamente a partir do fluxograma PRISMA (*Preferred Reporting Items of Systematic Reviews and Meta-Analyses*), seguindo as etapas: 1) Identificação de estudos nas bases de dados, bibliotecas virtuais e repositórios; 2) Triagem através da análise dos títulos, resumos e posteriormente texto completo; 3) Elegibilidade, com base nos critérios de inclusão, exclusão; 4) Inclusão, com base nas contribuições dos estudos frente ao objetivo desta pesquisa. O passo a passo deste processo está sistematizado na figura 1.

Figura 1. Fluxograma PRISMA.



Fonte: Adaptado pelos autores do, *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement* (PRISMA): <http://www.equator-network.org/reporting-guidelines/prisma/>.

A partir da análise na íntegra dos estudos incluídos foi possível verificar a existência categorias temáticas centrais ao objetivo da revisão, sendo elas: 1) Inserção econômica *versus* inserção social no mercado de trabalho e as políticas de gestão da diversidade e comunicação organizacional; 2) Dilemas entre instituições e organizações públicas e privadas, diferenças no campo das carreiras e autonomia de trabalho; 3) Reconhecimento no mercado de trabalho, poder, conhecimento, discurso, negócios e sexualidade; 4). Passibilidade, performance de gênero e os preconceitos, violências, discriminação, assédio, intolerância e sofrimento de pessoas LGBTQIA+ no mercado de trabalho; 5). Formação de profissionais da administração.

RESULTADOS

Ao longo do processo de busca e seleção foram identificados estudos científicos com termos como “LGBT”, “LGBT+”, “LGBTQ”, “LGBTT”, “LGBTQIA+”, “LGBTQIAPN+” e até mesmo “GLS”. A sigla LGBT é comum aos idiomas português, espanhol e inglês, contando com divergências apenas na escrita da sigla por extenso. Deste modo, se optou pela utilização do termo “LGBT” nas buscas junto as bases de dados e não o termo “LGBTQIAPN+” (utilizado na escrita desta revisão). Principalmente por não existir consenso dentre os estudos científicos quanto a precisão e padronização do termo, contando com alterações e atualizações recorrentes nos estudos científicos, principalmente após os anos 1990.

Vale observar que dentre a diversidade de identidades de gênero e sexualidade que a população LGBTQIAPN+ agrega, a maioria dos estudos recolhidos foram realizados na perspectiva de populações cisgênero e homossexuais, principalmente homens cis gays e mulheres cis lésbicas. No que diz respeito a definição do termo “ambiente de trabalho”, utilizado na escrita da revisão e no processo de busca pelos estudos, se faz importante registrar que em diversos estudos, principalmente no campo do direito, tem utilizado o termo “meio ambiente de trabalho” para a investigação de objetos semelhantes ou até mesmo enquanto sinônimos.

A janela de tempo dos 24 estudos incluídos na revisão foi de 2013-2022, após o processo de análise foi possível identificar que a maioria das investigações recolhidas se debruçam na realidade brasileira, com uma concentração especificamente nas regiões Sul e Sudestes do país. Já a maioria dos estudos internacionais tem origem em países de alta renda, localizados principalmente no continente europeu, sendo eles Itália, Reino Unido, Holanda, Suécia, Portugal, Polônia, Croácia e Austrália. Foram identificados apenas dois estudos de países com baixa e média renda, assim como o Brasil, sendo eles na China e Colômbia.

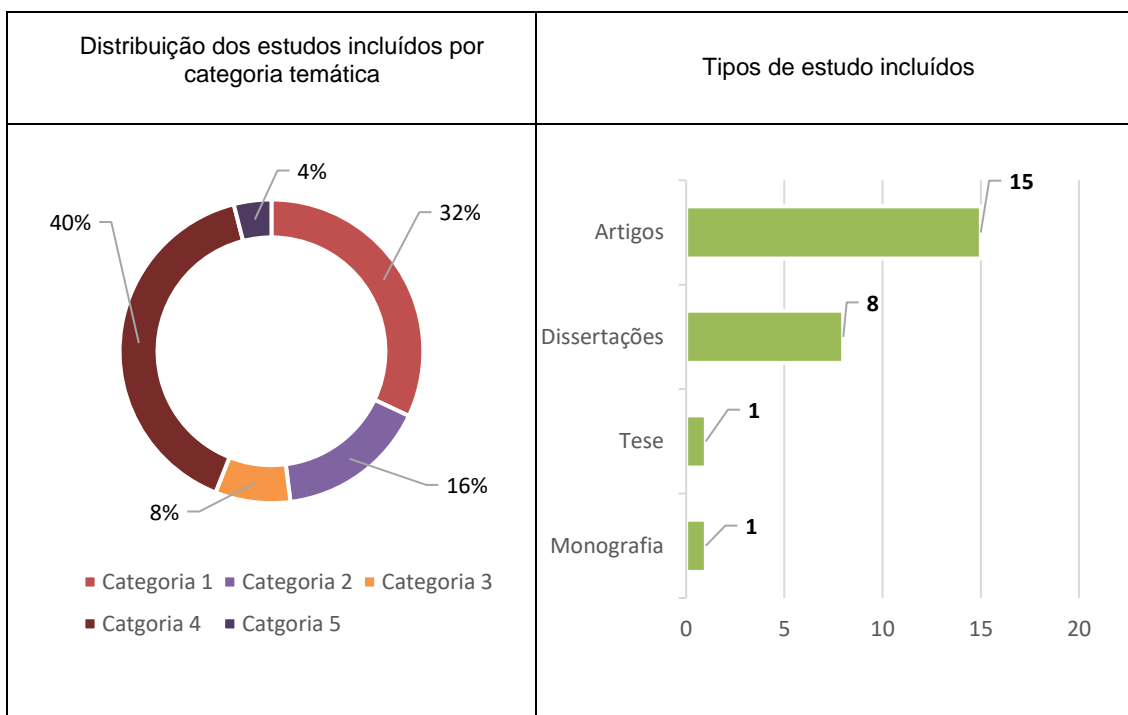
Um ponto relevante na caracterização dos estudos diz respeito as grandes áreas do conhecimento estudadas, na maioria dos casos, se os estudos se localizavam nas ciências humanas e sociais aplicadas, especificamente nas áreas da administração, direito, direitos humanos, economia, geografia, comunicação social, sociologia, arte e cultura. Alguns trabalhos estavam localizados na grande área das ciências da saúde, principalmente na área de saúde dos trabalhadores e saúde mental. Além disso, foram identificados estudos de caráter interdisciplinar.

Com relação aos tipos e desenhos dos estudos recolhidos junto as bases de dados, pode se vê uma gama significativa de teses, dissertações e monografias que buscavam investigar o tema, contudo, ao analisar os estudos presentes em periódicos científicos indexados, os números sofreram uma leve baixa, podendo refletir um fenômeno bibliométrico de realização de pesquisas científicas do tema junto aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, o que não está refletidos quantitativamente na publicação de pesquisas em periódicos indexados.

A maioria dos estudos recolhidos apresentaram desenhos metodológicos empíricos, variando de estudos sociológicos, antropológicos, estudos observacionais e analíticos. Por fim, embora tenha sido recolhido um volume grande de teses, dissertações e monografias junto as bases de dados, ao final do processo de triagem e elegibilidade o número de estudos incluídos na revisão foi em sua maioria de artigos científicos. Logo abaixo, na figura 2, está descrito a distribuição dos estudos de acordo com as categorias temáticas pré-definidas, bem como informações acerca do tipo de estudo incluído após o processo de

seleção e triagem para elegibilidade.

Figura 2 - Distribuição dos estudos segundo suas categorias temáticas e tipo.



Fonte: autores.

A distribuição dos estudos incluídos junto as categorias temáticas, descrita, demonstrou uma tendência de concentração de dez estudos científicos, do total de vinte e quatro, na categoria 04, intitulada “Passibilidade, performance de gênero e os preconceitos, violências, discriminação, assédio, intolerância e sofrimento de pessoas LGBTQIAPN+ no mercado de trabalho”; Oito artigos colaboraram com a categoria 01 (“Inserção econômica versus inserção social no mercado de trabalho e as políticas de gestão da diversidade e comunicação organizacional”); quatro investigações foram distribuídos junto a categoria 02 (“Dilemas entre instituições e organizações públicas e privadas, diferenças no campo das carreiras e autonomia de trabalho”); Dois estudos com a categoria 03 (“Reconhecimento no mercado de trabalho, poder, conhecimento, discurso, negócios e sexualidade”); e um com a categoria 05 (“Formação de profissionais da administração”).

Todos os estudos incluídos na revisão, bem como as principais informações extraídas, a exemplo dos autores, ano, local de estudo, categoria temática, objetivo geral, aspectos metodológicos bem como as principais contribuições dos estudos para a análise do processo de construção das relações interpessoais para pessoas LGBTQIAPN+ no ambiente de trabalho, se encontram na tabela 1.

Tabela 1 - Informações referentes aos estudos incluídos e analisados.

Estudos incluídos	Descrição do objetivo geral	Aspectos metodológicos	Principais contribuições
Souza, 2020 (Pernambuco) Categoria 01	Compreender como e em quais condições a população LGBT tem sido inserida no mercado de trabalho e as estratégias de sobrevivência encontradas por essa população para garantir a sua reprodução social quando não estão inseridas.	Artigo científico de relato de experiência.	Para as pessoas LGBT, o trabalho representa inclusão econômica (vital para a sobrevivência) e inclusão social (essencial para a cidadania).
Dantas & Henriques, 2020 (São Paulo) Categoria 01	Apresentar um estudo sobre o relacionamento interpessoal, o ambiente e o clima dentro das empresas e como estes podem influenciar nos resultados organizacionais.	Artigo científico qualitativo e bibliográfico.	Se faz relevante que gestores incentivem a diversidade LGBT nas organizações. A ausência de inclusão impacta negativamente na produção das empresas.
Diniz <i>et al.</i> , 2013 (Minas Gerais) Categoria 01	Analisar a experiência profissional de homossexuais masculinos, a partir das vivências e percepções dos mesmos a respeito das políticas de diversidade nas organizações.	Artigo científico qualitativo e bibliográfico.	Políticas de diversidade nas organizações como a punição dos atos homofóbicos, observação das questões culturais, comunicação clara da proposta e revisão do papel do gestor, colaboram com a inclusão de pessoas homossexuais.
Pompeu, 2015 (Rio de Janeiro) Categorias 01 & 04	Identificar e analisar a relação entre o discurso oficial de uma organização sobre suas políticas de diversidade sexual e homofobia e o discurso dos seus trabalhadores acerca das práticas destas políticas em suas relações de trabalho.	Dissertação qualitativa com análise de conteúdo.	Em alguns casos registrados no Brasil, políticas de inclusão no trabalho combatem as violências, contudo são insuficientes na resolução dos problemas segundo relatos de homofobia pelos seus trabalhadores.
Agovino & Corbisiero, 2020 (Itália) Categoria 01	Analyze the experimental project 'Diversity on the Job' (DJ) carried out in the city of Naples.	Artigo científico empírico.	Uma rede territorial de articulação para inclusão de pessoas LGBT no trabalho melhorou sua empregabilidade.
Badgett, Waaldjik & Rodgers, 2019 (EUA e Holanda) Categoria 01	Analyzes the relationship between social inclusion of lesbian, gay, bisexual, and transgender (LGBT) people and economic development	Artigo científico qualitativo, multicêntrico (132 países) com dados secundários.	De 1966-2011, pessoas LGBT tem dificuldades de acessar direitos humanos gerando repercussões econômicas negativas. A inclusão desta população contribui para o desenvolvimento dos países.
Burn, 2018 (Suécia)	Study the impact of legal differences in state employment	Artigo científico empírico.	A aplicabilidade de leis trabalhistas é distinta entre homens gays e mulheres lésbicas, sendo mais frágil

Categoria 01	non discrimination acts (ENDAs) for gay men and lesbian women on labor market.		neste segundo segmento populacional.
Siqueira, 2021 (Minas Gerais) Categoria 02	Compreender o programa de diversidade destinado ao público lésbicas, <i>gays</i> , bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) a partir do olhar de diversos atores que participam do comitê de diversidade da organização.	Dissertação qualitativa com estudo de Caso.	Programas de diversidade auxiliam na inclusão de pessoas LGBT no trabalho, eles devem ser transversais a todos os níveis de chefia das empresas.
Silveira, 2016 (Espírito Santo) Categoria 02	Compreender o discurso institucional em relação à diversidade sexual no âmbito de uma instituição de ensino federal.	Artigo científico descritivo, documental e bibliográfico.	A implementação de políticas de inclusão e diversidade para pessoas LGBT, dependem dos tomadores de decisão (gestores). Muitos projetos construídos acabam por não serem implementados.
Filipon, 2017 (Rio de Janeiro) Categoria 02	Verificar a percepção de trabalhadores homossexuais do gênero masculino sobre a questão da sua diversidade por orientação sexual em uma empresa estatal brasileira de economia mista.	Dissertação qualitativa com análise de entrevistas e documentos.	As iniciativas e ações para a diversidade de gênero e sexualidade em instituições públicas, geralmente são pontuais não contando com continuidade.
Silva, 2018 (Paraíba) Categoria 02	Conhecer relatos de experiências de pessoas que fogem à binariedade homem e mulher em orientação sexual e identidade de gênero no contexto das relações interpessoais de trabalho com indivíduos e grupos em organizações privadas e públicas sediadas no Município de Sousa - Paraíba.	Monografia exploratória, qualitativa, descritiva de história oral.	Tem se observado avanços nos direitos sociais LGBT no Brasil, inclusive a frente de muitos países. Contudo, existem dificuldades de acesso ao trabalho formal, principalmente por pessoas travestis e transexuais.
Lenza, 2012 (São Paulo) Categoria 03	Explorar padrões de estruturas normativas discursivas e consequentes desafios enfrentados pelos gays no ambiente de trabalho, ao mesmo tempo como aumentar a consciência para essas questões.	Dissertação de fenomenologia participativa.	O poder, o reconhecimento e a sexualidade estão conectados e influenciam nos negócios que contam com a participação de homens gays.
Caproni <i>et al.</i> , 2014 (Rio de Janeiro) Categoria 03	Analisar desenhos elaborados por trabalhadores homossexuais masculinos sobre suas vivências nos níveis individual, social e laboral.	Artigo científico qualitativo.	Tabus de sexualidade de homens gays no trabalho variam de grupos e contextos, sendo reproduzidos em outras instituições como família e igreja. Sendo preciso engajamento de gestores e empresas, para saírem da inercia frente as discriminações.
Silva <i>et al.</i> , 2012 (São Paulo) Categoria 04	Abordar a ética profissional, frente ao atendimento LGBT, no mercado de trabalho, a luta contra a hegemonia imposta à sociedade brasileira, que até os dias atuais sofre influências do modelo patriarcal e heteronormativo.	Artigo científico empírico.	Homens gays enfrentam preconceitos no mercado de trabalho. Esta questão fere os princípios da igualdade e do exercício das identidades individuais da Constituição Federal do Brasil.
Félix <i>et al.</i> , 2019	Identificar qual é a percepção dos homossexuais frente	Artigo científico	Homens gays enfrentam dificuldades de entrada no

(Minas Gerais) Categoria 04	ao mercado de trabalho.	empírico e transversal.	mercado de trabalho, seja por questões como idade e experiência (maioria dos entrevistados) ou pela sua sexualidade (minoria dos participantes).
Costa 2020 (Portugal) Categoria 04	Analisar a relação entre a homossexualidade e o mercado de trabalho.	Dissertação qualitativa.	A sexualidade de homens gays influencia na contratação e no dia a dia do trabalho muitos não abordam o tema no trabalho por proteção.
Oliveira, 2019 (São Paulo) Categoria 04	Compreender como as pessoas transgêneras negociam com as relações de gênero em sua carreira, pode-se dizer que estou particularmente interessada nas histórias de trabalho e de gênero, e nas maneiras como estas se entrelaçam.	Dissertação qualitativa com narrativa de vida.	Pessoas transgêneras tem de utilizar de estratégias de proteção contra a discriminação para avançar em suas carreiras nas empresas.
Lepaus, 2016 (Espírito Santo) Categoria 04	Verificar a relação entre a discriminação percebida e a satisfação no trabalho dos funcionários LGBT.	Dissertação qualitativa, descritiva e transversal.	A ocorrência de discriminação está diretamente ligado a falta de satisfação de pessoas LGBT no mercado de trabalho. Pessoas LGBT, mulheres e não brancos, sofrem mais discriminação.
Braz & Benevides, 2018 (Bahia) Categoria 04	Caracterizar os desafios enfrentados pelas mulheres pretas lésbicas no mercado de trabalho em Salvador sob a perspectiva de um olhar interseccional, ou seja, levando em consideração os marcadores sociais que as afetam.	Artigo científico qualitativo com análise de Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).	Marcadores como ser mulher, lésbica e preta, dentre outros, impactam o bem-estar laboral, afetando o clima organizacional e a produtividade de trabalhadoras.
Carrieri, Aguiar & Diniz, 2013 (Minas Gerais) Categoria 04	Analisar a violência simbólica sofrida pelo trabalhador homossexual, buscando delimitar o contexto social e de produção de subjetividade no qual ocorre tal violência.	Artigo científico teórico.	Pessoas homossexuais sofrem assédio e violência levando ao sofrimento no trabalho. Acirrados por políticas de diversidade que não valorizam as diferenças, reforçam a exclusão e políticas de recursos humanos que reforçam a competitividade e produção.
Carrieri, Souza & Aguiar, 2013 (Minas Gerais) Categoria 04	Analisar as violências simbólicas e interpessoais vivenciadas por lésbicas, travestis e transexuais – respectivamente na sociedade e no trabalho.	Artigo científico qualitativo com entrevistas.	Pessoas lésbicas, travestis e transgêneros sofrem maiores violências no espaço de trabalho, com riscos inclusive a sua integridade física.
Smith, 2017 (Austrália) Categoria 04	To design a model to better understand the antecedents and outcomes of workplace heterosexist discrimination in Australia.	Artigo científico Empírico e qualiquanti.	Pessoas LGBTQIA+ tem evitado expressar suas identidades de gênero e sexualidade no mercado de trabalho.
Castaño, Acevedo & Muñoz, 2017 (Colombia)	Presenta la caracterización de los perfiles empresariales y ocupacionales de un grupo de la comunidad LGBT en la localidad de Chapinero en BogotáColombia.	Artigo científico, descritivo, com uso de entrevistas.	A população LGBT sofre discriminação no mercado de trabalho, com especificidades para cada um dos grupos da sigla. Isto repercute de forma negativa na sua qualidade de vida.

Categoria 04

Mendes, 2019 (Pernambuco) Categoria 05	Compreender quais as implicações do discurso heteronormalizador em cursos de graduação em Administração sobre as performances de estudantes gays e bissexuais.	Tese, estudo qualitativo com entrevistas.	Nos cursos de formação em administração, as performances de gênero e sexualidade de gays e bissexuais são afetadas pela heteronormatividade. Sendo necessário discutir estes temas nos currículos de formação.
--	--	---	--

Fonte: autores.

A análise da distribuição dos estudos junto as categorias revelou que as produções científicas da temática têm se debruçado principalmente na identificação e mapeamento de experiências, relatos e vivências de pessoas LGBTQIAPN+ dentro do espaço de trabalho. Além disso, a maioria dos estudos buscou se aprofundar nos fenômenos sociais determinantes das violações de direitos de pessoas LGBTQIAPN+ nos espaços de trabalho, em detrimento do estudo dos efeitos ou impactos destas violações nos trabalhadores. Vale destacar que alguns estudos apontam para perspectivas potentes de superação destes desafios, contudo, foi identificado um número pequeno de investigações que buscam se aprofundar em métodos, iniciativas e experiências de combate aos problemas identificados.

DISCUSSÃO

Um dos fatores determinantes do processo de construção das relações interpessoais se dá na forma como os diferentes sujeitos se comportam nos espaços de socialização, contribuindo para a constituição de relações harmoniosas ou conflituosas. Estudando o ambiente de trabalho, Feitosa & Máximo (2015), compreendem que a personalidade, a cultura e os fatores emocionais dos trabalhadores, influenciam o comportamento no trabalho, interferindo nas relações interpessoais e no desempenho geral da empresa (Feitosa & Máximo, 2015).

Sendo assim, partindo da noção de que o funcionamento das organizações é afetado pelo comportamento dos seus trabalhadores no ambiente laboral, o caminho inverso também se faz possível. As empresas, portanto, influenciam o comportamento dos trabalhadores para além, é claro, de questões comportamentais e individuais dos trabalhadores. Neste sentido, as empresas desempenham papel central no clima organizacional e na construção das relações interpessoais harmônicas neste espaço social. Para além de realizar um bom acompanhamento e a implementação de práticas para adoção e incentivo a um ambiente de trabalho harmônico, as empresas devem presar pela identificação das prováveis causas destes problemas, buscando solucionar-las antes que reflitam em impactos negativos (Feitosa & Máximo, 2015).

Ao observar a produção científica do tema, a maioria dos estudos se debruçam na denúncia de discriminação e na identificação de fenômenos sociais complexos, presentes e reproduzidos em diversos espaços sociais, inclusive no espaço laboral, a exemplo das discriminações de gênero e sexualidade. Com isso, para lidar com estes fenômenos complexos se faz necessário traçar soluções igualmente complexas, que envolvam primordialmente uma totalidade de mudanças nos modos de se relacionar nos espaços sociais e no funcionamento das instituições, com o objetivo de valorizar a diversidade de gênero, sexualidade, raça/etnia, crença dentre outros. Políticas públicas inclusivas, podem contribuir para a resolução destas questões (McFadden, 2020).

Segundo Navarro (2012), o ambiente de trabalho é o espaço de permanência e convivência dos trabalhadores, no qual são realizadas ações laborais, podendo ser analisado a partir da compressão de ambiente físico de desenvolvimento do trabalho ou ainda como espaço social. Estudos anteriores definem este ambiente como detentor de um conjunto de fatores materiais, abstratos ou interdependentes, que agem diretamente e indiretamente no desempenho do trabalho, afetando e a qualidade de vida dos trabalhadores. Independente das funções exercidas, o ambiente de trabalho deve ser sadio e agradável e o trabalhador deve encontrar nele condições para exercer sua atividade em segurança e ao mesmo tempo com satisfação.

O trabalho de Borges (2022), afirma que a população LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis, *Queer*/Questionando, Intersexuais,

Assexuais/Arromânticos, Pansexuais/Polissexuais, Não-binários e demais identidades de gênero e sexualidade) tem enfrentado ao longo dos anos, diversos preconceitos, violências, discriminações, assédios e intolerâncias, principalmente por parte de grupos privilegiados na estrutura social, grupos estes, compostos essencialmente por pessoas brancas, cisgênero e heterossexuais. Desta forma, os movimentos sociais LGBTQIAPN+ vem contribuindo na busca por igualdade e inclusão social, além da conscientização da sociedade no intuito de reduzir preconceitos e sentimentos de ódio. Acreditando que uma forma possível disto ocorrer é por intermédio da inserção e permanência equânime desta população nos mais diversos setores e camadas da sociedade, incluindo no trabalho (Lopes *et al.*, 2021).

Neste contexto, vale destacar a diversidade existente dentro da própria população LGBTQIAPN+. Por exemplo, ao demarcar a existência na sigla de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, intersexuais, pansexuais, polissexuais, arromânticos e assexuais, tem-se por objetivo, destacar a existência de sujeitos com orientações sexuais plurais, divergentes da heterossexualidade hegemônica. A orientação sexual diz respeito as características de gênero e sexualidade de sujeitos que estabelecem ou não, relações afetivas ou sexuais com outros sujeitos (Miskolci, 2009; 2012).

Por outro lado, a descrição de pessoas Travestis, Transexuais, Não-binários, questionando, *queer*, agênero, de gênero neutro ou fluido, tem como foco o destaque das pluralidades de identidades de gênero, que não correspondem a cisgeneridade hegemônica. Compreende-se como identidade de gênero a autodeterminação de sujeitos quanto a sua identificação de gênero, que pode ou não, corresponder com o seu gênero atribuído ao nascer. Desta forma, compreende-se estas identidades enquanto resultado de uma construção social, determinada individualmente ao longo da vida, com base nas experiências singulares de cada sujeito (Miskolci, 2009; 2012).

As pesquisas tem destacado a existência desta diversidade dentro da própria comunidade LGBTQIAPN+, um exemplo disso pode se ver na maioria das investigações acerca da inserção no mercado de trabalho, que se centralizam na realidade de pessoas cis generas (principalmente gays e lésbicas). Se fazendo necessário o avanço de pesquisas com as populações travestis, transexuais ou transgeneras. Ao analisar a exclusão social de pessoas LGBTQIAPN+ inseridas em grupos populacionais vulnerabilizados, a exemplo de indígenas, ribeirinhos, camponeses, quilombolas, negros, pessoas em situação de rua, com deficiência e em privação de liberdade, a questão se complexifica. Em muitos casos, como alternativa de subsistência, pessoas LGBTQIAPN+ acabam por acessar trabalhos não formais e autônomos (Borges, 2021).

Tais diferenças no campo do gênero e da sexualidade repercutem no estabelecimento de relações interpessoais, ao passo que as expressões de gênero, compreendidas pela forma como cada pessoa se apresenta socialmente e é percebida pelo outro, geram conflitos ou confluências nos diversos espaços sociais e políticos. Na maioria dos casos, homens cisgênero gays obtém certas vantagens quando comparados ao grupo de mulheres Travestis e Transexuais, principalmente na inserção em espaços formais como o ambiente de trabalho (Irigaray, 2008).

Ao investigar os impactos das iniquidades de gênero nos ambientes organizacionais, é possível perceber que outros aspectos sociais contribuem para o agravamento dos processos de vulnerabilização social, um exemplo disso se faz na intersecção entre gênero, raça e classe no espaço de trabalho. Neste caso, o racismo passa a operar em sua esfera institucional, onde as organizações funcionariam por meio de mecanismos voltados ao privilégio de determinados grupos sociais em detrimento de outros, utilizando a raça como critério para tal. É sabido que o processo de escravidão

vivenciado no Brasil até 1988, constituiu profundas exclusões sociais que se perpetuam até os dias atuais. No caso de pessoas LGBTQIAPN+ pertencentes a classes sociais vulnerabilizadas, bem como pretos, pardos ou indígenas, sofrem uma dupla ou tripla carga de exclusão social (Brito, Nepomuceno, Nobre, 2022).

Segundo Molina e Figueiró (2012), no Brasil é perceptível em todas as camadas da sociedade a presença de desigualdades, seja por gênero, etnia e/ou orientação sexual. Saji (2005), afirma que em território brasileiro os programas voltados à gestão da diversidade nas organizações são diminutos e excludentes, visto que esta gestão tem mais força quando aplicada para pensar a inclusão de pessoas com deficiências e pessoas negras, em detrimento de outras condições de vulnerabilização social, a exemplo das questões de gênero e sexualidade.

Em muitas situações, pessoas LGBTQIAPN+, tem de alçar mão de estratégias para mitigar tensões sociais e se inserir nos espaços. Um conceito caro a esta discussão é o de “passabilidade”, que se define por atitudes e formas de expressão do gênero e da sexualidade, que se aproximam ou se afastam da norma, no caso a cisheteronormatividade. Deste modo, as pessoas que mais se aproximam em suas características e comportamento, de pessoas heterossexuais e cisgeneras, seriam automaticamente mais incluídas nos diversos espaços sociais. Mesmo que elas tenham que abdicar de suas identidades e preferências. Tal realidade, pode resultar muitas vezes, no adoecimento mental, físico e social da população LGBTQIAPN+ por questões trabalhistas, além agravar exclusões sociais e econômicas, impactando negativamente na sua qualidade de vida (Borges, 2022; Feitosa, 2019).

No âmbito das relações interpessoais no ambiente de trabalho para as pessoas LGBTQIAPN+, o atravessamento das questões de gênero e sexualidade exerce papel central, sendo ora estabelecidos por meio de conflitos, ora por meio de aproximações. Segundo Foucault (1979), as interações sociais são atravessadas por relações de poder, determinadas pelo discurso que ganha o teor de prática social, além do contexto onde os indivíduos se inserem. Desta forma, aqueles indivíduos excluídos socialmente, a exemplo da população LGBTQIAPN+, estariam subordinados a relações de poder desiguais frente aos indivíduos detentores das normas, neste caso as pessoas cis gênero heterossexuais. No ambiente de trabalho, a população LGBTQIAPN+, estaria sujeita a uma posição social de vulnerabilidade por questões de gênero e sexualidade, povoando a margem da norma social hegemônica.

A partir da segunda metade do século XX tem se percebido avanços nos estudos de gênero e sexualidade, uma das principais discussões é a da existência de relações de poder determinadas por construções sócio históricas. Neste sentido, torna-se possível identificar os papéis centrais do poder e da construção social e histórica na determinação de papéis de gênero e sexualidade. Estas noções influenciam as relações, dinâmicas sociais e políticas, determinando papéis sociais reservados para homens e outros para mulheres, contando com a constituição familiar como um dos seus principais pilares de sustentação (Butler, 1990).

A literatura científica comprova que o desenvolvimento da carreira de pessoas LGBTQIAPN+, incluindo a promoção a cargos mais elevados dentro da estrutura organizacional das empresas, tem como fator essencial o gênero e a sexualidade, em detrimento da consideração exclusiva quanto ao seu desempenho nas atividades laborais, ou até mesmo formação profissional. Contudo, dentro da diversidade de ambientes de trabalho dos diferentes setores do mercado, alguns deles, são mais receptivos e inclusivos a população LGBTQIAPN+, um exemplo disso são as áreas da saúde, cultura, arte, moda e entretenimento. O que pode indicar a criação de segregações e exclusões sociais, ferindo

os direitos a igualdade, inclusão social e o exercício da cidadania destes sujeitos (Mello *et al.*, 2013).

O tema da garantia de direitos sociais, inclusão social e combate à discriminação contra pessoas LGBTQIAPN+ tem uma amplitude internacional, presente em uma série de diretrizes e recomendações recentes da Organização das Nações Unidas (2013), que incluem a necessidade de proteção e respeito a diversidade nos diversos espaços sociais, instituições e nações mundo a fora. As instituições de modo geral têm operado ao longo dos anos de modo excludente, principalmente a partir da adoção de mecanismos, descritos como LGBTfobia institucional, principalmente quando reproduzem exclusões sociais ou se isentam do combate a problemas sociais que são existentes no mercado de trabalho. (ONU, 2013; Borges, 2022; Feitosa, 2019).

Desta forma, a presença e permanência de pessoas LGBTQIAPN+ no ambiente de trabalho está atrelada a necessidade de valorização da diversidade organizacional. Os estudos apontam que existem diferenças nos campos do reconhecimento no mercado do trabalho e no exercício do poder, de modo a privilegiar determinados grupos em detrimento de outros, tendo o gênero e sexualidade como critério para isto. A diversidade cultural empregada nas organizações, vem no bojo do reconhecimento sob uma perspectiva inclusiva, de diferenças entre as pessoas que compõem estes espaços de trabalho. Diferenças estas por raça, crença, sexo e/ou gênero, de grupos minoritários e de percepções distintas (Feitosa, 2019; Silva, *et al.*, 2021).

Neste sentido, a inclusão da diversidade, busca reconhecer e fortalecer as diferenças dos trabalhadores que irão ajudar a atingir tanto os objetivos da empresa como os pessoais (inclusão econômica e social), visto que, organizações culturalmente diversas tendem a obter maiores vantagens competitivas em diversos campos, com diversos olhares. Deste modo, a inclusão econômica é básica para a sobrevivência dos sujeitos, garantindo o seu poder de compra e o exercício de cidadania a partir do suprimento de necessidades básicas. Contudo, o trabalho pode ofertar uma inclusão social, visto que este, também se constitui como um espaço de construção de relações sociais. Promover a inclusão de pessoas LGBTQIAPN+ no mercado de trabalho, tem a potência de contribuir com o desenvolvimento nacional, seja ele econômico ou social (Torres & Nebra, 2014).

A diversidade de gênero e sexualidade na dinâmica das organizações, pode garantir a colaboração de indivíduos diversos que possuem variadas perspectivas e que podem somar e se integrar ao trabalho. A inclusão vai além da diversidade e para ser realizada depende de um bom gerenciamento da pluralidade, criando um ambiente organizacional que possibilite a todos os seus integrantes um completo desenvolvimento do seu potencial na execução das metas da empresa. Mas a discussão não se encerra neste ponto, os ambientes organizacionais estão inseridos em sociedades amplas e complexa, seria pouco eficaz garantir a inclusão da diversidade apenas no espaço de trabalho. É preciso uma mudança na sociedade como um todo, no sentido da inclusão nos mais diversos espaços sociais, a começar pelas organizações (Saji, 2005; Thomas & Ely, 1996).

A maioria das políticas de inclusão organizacional no Brasil tem como foco a inclusão de pessoas com deficiências e pessoas negras no trabalho, o que representa um importante avanço nestas discussões. De acordo com a literatura científica examinada, no Brasil, a Lei nº 13.146/2015 para a inclusão obrigatória de pessoas com deficiências na contratação para cargos laborais, bem como a Lei nº 12.990/2014 que reserva 20% de vagas em concursos públicos para pessoas autodeclaradas pretas ou pardas, representam marcos importantes na promoção de políticas para a inclusão da diversidade nas

organizações, sob uma perspectiva de reparação e equidade. Contudo, se faz urgente o avanço no debate da inclusão de pessoas LGBTQIAPN+ no mercado de trabalho (Saji, 2005; Thomas & Ely, 1996).

Segundo a literatura científica existem disparidades entre trabalhadores LGBTQIAPN+ de repartições públicas e empresas privadas. As pesquisas atestam que funcionários públicos concursados, que obtêm a garantia de direitos trabalhista e a construção de carreira sólida por longos períodos com progressão assegurada, encontram espaços mais acolhedores para o exercício livre de suas expressões de gênero e sexualidade. Pois, muitas vezes contam com uma maior autonomia de suas funções, muitas vezes sem depender do julgamento morais, de costumes, ideias, culturas ou percepções individuais de gestores para a manutenção de seus empregos ou para a promoção em cargos nas organizações (Feitosa, 2019).

O estado da arte atesta que para além dos movimentos de conscientização e combate aos comportamentos não inclusivos nas relações sociais, principalmente no ambiente de trabalho, se faz necessário, iniciativas institucionais que preconizem e promovam a inclusão da diversidade e combatam as discriminações contra pessoas LGBTQIAPN+. Portanto, alguns caminhos possíveis podem se revelar através construção de políticas de gestão da diversidade nas organizações, ações de melhoria na comunicação entre os trabalhadores nas empresas e o investimento na formação de gestores e bacharéis em administração, com discussões nos cursos de formação, acerca da necessidade de inclusão da diversidade (Silva, *et al.*, 2021).

CONCLUSÃO

A presente revisão atestou o caráter singular no qual se constitui a construção de relações interpessoais no ambiente de trabalho para pessoas LGBTQIAPN+. Fatores complexos e estruturantes da dinâmica social tem se reproduzido nos mais diversos espaços sociais, inclusive no laboral, de modo a influenciar a forma como as relações interpessoais se desenvolvem. Sendo assim, os estudos demonstram que em muitos casos as relações interpessoais para pessoas LGBTQIAPN+ no ambiente de trabalho, são atravessadas por preconceitos, intolerâncias e discriminações, de modo a estabelecer mecanismos de privilegio para determinados grupos em detrimento de outros, utilizando o gênero e a sexualidade como critério para tal.

O presente estudo contribui no mapeamento da literatura científica e do perfil bibliométrico das pesquisas nacionais e internacionais da área, revelando caminhos promissores no âmbito das políticas de diversidade organizacional com foco na inclusão da população LGBTQIAPN+, além de identificar aspectos da estrutura social que interferem no modo como as relações interpessoais acontecem para as pessoas LGBTQIAPN+ no ambiente de trabalho.

Outra contribuição relevante se dá na constatação dos impactos multidimensionais que as relações interpessoais não saudáveis no ambiente de trabalho, especialmente para a população LGBTQIAPN+, podem se desdobrar, sendo os principais: 1) impactos de ordem social, através da exclusão por meio da discriminação de gênero e sexualidade; 2) impactos de ordem pessoal e subjetiva, através do adoecimento de trabalhadores LGBTQIAPN+, reverberando negativamente em sua qualidade de vida; 3) impactos organizacionais, refletindo negativamente na produtividade dos trabalhadores e nos desempenhos das empresas privadas e repartições públicas.

Deste modo, parece não bastar o investimento em ações de conscientização de atitudes individuais e coletivas que promovam a inclusão da diversidade, as organizações

têm papel fundamental na implementação e incentivo a políticas de inclusão do trabalho. A baixa valorização da diversidade nos espaços organizacionais pode agravar exclusões sociais, representando barreira no acesso ao trabalho formal, refletindo no aumento do desemprego e conseqüentemente reverberando negativamente no desenvolvimento social e econômico do país.

Investir na formação de profissionais de gestão e administração para a gestão da diversidade, além de promover uma comunicação organizacional mais inclusiva e acolhedora, podem ser caminhos promissores e efetivos para a promoção da diversidade organizacional. Porém, as próprias instituições e os gestores, podem operar de modo excludente a partir da LGBTfobia institucional, reproduzindo exclusões sociais ou se isentando do combate aos problemas sociais presentes no mercado de trabalho.

Para isso, o Estado tem um papel fundamental na promoção de políticas públicas de diversidade e inclusão da população LGBTQIAPN+ no mercado de trabalho, de modo a incentivar organizações e atuar de forma parceira na busca por soluções e caminhos a serem percorridos no enfrentamento desta problemática. De acordo com a literatura científica examinada, no Brasil, são registrados nos últimos anos alguns casos de sucesso a nível de políticas de inclusão da diversidade nas organizações, a exemplo das políticas para a obrigatoriedade de contratação de pessoas com deficiências para cargos laborais, bem como na reserva de 20% em vagas de concursos públicos para pessoas autodeclaradas pretas ou pardas.

Sendo assim, fica nítido que a construção de relações interpessoais no ambiente de trabalho, se constitui como um passo primordial na construção de ambientes organizacionais inclusivos para a diversidade de gênero e sexualidade. Vale salientar que o presente estudo conta com limitações no seu percurso, registradas principalmente na dificuldade de precisão no uso dos descritores junto as bases de dados, devido principalmente a diversidade de siglas utilizadas nos estudos científicos acerca da população LGBTQIAPN+.

O tema tem um caráter interdisciplinar e uma abrangência internacional, necessitando da realização de mais investigações científicas com o foco em aprofundar as discussões nesta área temática, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, além de países de média e baixa renda. Sendo assim, a produção científica na área pode potencialmente colaborar na proposição de soluções inclusivas frente a necessidade de valorização da diversidade no ambiente de trabalho.

REFERÊNCIAS

- Irigaray, H. A. R. (2008). Discriminação por Orientação Sexual no Ambiente de Trabalho: Uma Questão de Classe Social? Uma Análise Sob a Ótica da Pós-Modernidade Crítica e da *Queer Theory*. In: EnAPG, Salvador. Anais: Associação Nacional de Pós-graduação.
- Bailyn, L. (2006). *Breaking the mold: redesigning work for productive and satisfying lives*. Ilr Press, An Imprint Of Cornell University Press.
- Borges, R. D. H. A. (2022). A inclusão LGBTQIA+ no mercado de trabalho. Faculdade de Inhumas Facmais.
- Bourdieu, P. (2008). Espaço social e espaço simbólico. In: Razões práticas – sobre a teoria da ação. Papirus.
- Brasil. (1991). Lei nº 13146/2015 Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República.

Brito, I. B. C., Nepomuceno, L. H. & Nobre, F. C. (2022). Questões de gênero e raça no contexto das organizações: um mapeamento da produção científica do EnEO e EnGPR no período de 2000 a 2019. *Research, Society and Development*, 11, 01-16.

Butler, J. (1990). *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of identity*. Routledge.

Chiavenato, I. (2010). Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. *Elsevier*.

Dantas, A. A. & Henriques, F. R. (2020). Relacionamento Interpessoal no Ambiente de Trabalho. *Revista Científica Integrada*, 4, 01-13.

Feitosa, C. (2019). Políticas públicas LGBT no Brasil: um estudo sobre o Centro de Combate à Homofobia de Pernambuco. *Sexo, salud & Sociedad*, 32, 90-118.

Feitosa, M. R. & Máximo, A. L. P. (2015). A influência do relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho: um estudo bibliográfico. In: Semana de Iniciação Científica, Juazeiro do Norte. Anais: Faculdade do Juazeiro do Norte.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Editora Graal.

Galvin, T. (2006). "Re-Evaluating Diversity": Reviving critical discourse in diversity research in organizationn studies. *Academy of Management Best Conference Paper of 2006*.

Gay Latino & Aliança Nacional LGBTI. (2018). Manual de comunicação LGBTI+. Editora Paraná.

Lopes, B. K. M.; Lima, I. S.; Nogueira, P.N.A. & Lima, LR. (2021). Violência contra a população LGBTQIAPN+: um estudo reflexivo. In: XII Mostra Interdisciplinar do Curso de Enfermagem, Encontro de Extensão, Docência e Iniciação Científica, Quixadá. Anais: Centro Universitário Católica de Quixadá.

McFadden C. (2020). *Hiring discrimination against transgender job applicants – considerations when designing a study*. *International Journal of Manpower*© Emerald Publishing Limited, 02-66.

Mello, L., Irineu, B. A., Froemming, C. N. & Ribeiro, K. R. (2013). Políticas públicas de trabalho, assistência social e previdência social para a população LGBT no Brasil: sobre desejos, realizações e impasses. Universidade Federal do Ceará.

Miskolci, R. (2012) *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Editora Autêntica.

Miskolci, R. (2009). *A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização*. Editora Autêntica.

Navarro, A. F. (2012). *O conceito de meio ambiente de trabalho*. Universidade Federal Fluminense.

Organização das Nações Unidas (2013). *Nascidos livres e iguais: orientação sexual e identidade de gênero no regime internacional de direitos humanos*.

Saji, G. S. M. (2005). *Gestão da diversidade no Brasil: Apresentação de um modelo brasileiro*. Fundação Getúlio Vargas.

Saraiva, L. A. S. & Irigaray, H. A. R. (2009). Política de diversidade nas organizações: uma questão de discurso? *Revista de Administração de Empresas*, 49, 337-348.

Silva, A. M. *et al.* (2021). Acesso e permanência da população LGBT no mercado de trabalho: revisão integrativa. *Revista Conjecturas*, 21,663-676.

Souza, M. T., Silva, M. D. & Carvalho, R. (2010). Revisão integrativa: O que é? Como fazer? *Einstein*, 08, 102-106.

Thomas, D. A. & Ely, R. J. (1996). *Making differences matter: a new paradigm for managing diversity*. *Harvard Business Review*.

Torres, C. V., & Pérez-Nebra, A. F. (2014). Diversidade e inclusão nas organizações. *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*, 02, 526-546.

Artigo – Administração Brasileira.

Gestão de resíduos odontológicos: desafios de implementação de um sistema de logística reversa*Amanda Rodrigues¹**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
casjp.20171s01.15.14@aluno.ifpi.edu.br**Jardênia Fernandes²**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
jardenia.fernandes@ifpi.edu.br**Alana Rodrigues³**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
casjp.20171s01.15.01@aluno.ifpi.edu.br**Romário Ribeiro⁴**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
romario.ribeiro@ifpi.edu.br***RESUMO**

A presente pesquisa tem como objetivo identificar os desafios de implementação da logística reversa na gestão dos resíduos sólidos gerados pela atividade odontológica na Região do Médio Canindé (PI). Quanto aos aspectos metodológicos, possui natureza qualitativa e caráter descritivo. A coleta de dados ocorreu em fontes secundária (documental) e primária, por meio da aplicação de roteiro de entrevistas semiestruturadas com sujeitos responsáveis pela gestão de resíduos sólidos odontológicos. Utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2016) na análise dos dados. Quanto aos resultados, cinco dimensões foram categorizadas: segregação; acondicionamento; coleta e armazenamento; transporte e tratamento; e disposição final dos resíduos odontológicos. Identificou-se, pois, que os principais desafios associados à implementação do sistema de gestão de resíduos sólidos odontológico são os custos dessa operação; bem como, a escassez de empresas especializadas na logística reversa desses resíduos; e ausência de um Plano de Gerenciamento de Resíduos do Serviço de Saúde. A presente pesquisa contribui com o avanço científico no que tange aos desafios da implementação da Logística Reversa aplicada aos resíduos odontológicos; bem como, sinaliza aspectos que podem auxiliar na melhoria de políticas públicas voltadas à gestão desses resíduos.

Palavras chave: Resíduos Sólidos. Logística reversa. Odontologia.

ABSTRACT

This research aims to identify the challenges of implementing reverse logistics in the management of solid waste generated by dental activity in the Middle Canindé Region (PI). As for the methodological aspects, it has a qualitative and descriptive nature. Data collection took place in secondary (documentary) and primary sources, through the application of a semi-structured interview script with subjects responsible for the management of ecological solid waste. Bardin's (2016) content analysis was used in the data analysis. As for the results, five dimensions were categorized: segregation; packaging; collection and storage; transport and treatment; and final disposal of occupational waste. Therefore, it was identified that the main challenges associated with the implementation of the sanitary solid waste management system are the costs of this operation; as well as the subsidiary of companies specialized in the reverse logistics of these subsidiaries; and absence of a Health Service Waste Management Plan. This research contributes to the scientific advance regarding the challenges of implementing Reverse Logistics applied to toxic waste; as well as signaling aspects that can help in the improvement of public policies addressed to the management of this waste.

Keywords: Solid Waste. Reverse logistic. Dentistry

[Submetido em 23-10-2022 – Aceito em: 07-12-2022 – Publicado em: 26-12-2022]

¹ Graduada em Administração - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (2022).

² Mestre em Administração e Controladoria – Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria / Universidade Federal do Ceará (2019).

³ Graduada em Administração - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (2022).

⁴ Mestre em Ciências da Educação – Universidad Tecnológica Intercontinental (2022).

INTRODUÇÃO

A crescente geração de resíduo sólidos, somado às práticas inadequadas de descarte e alto custo de armazenagem, resultam em volumes de resíduos acumulados e, historicamente, leva a sérios problemas ambientais e de saúde pública (Szigethy & Antenor, 2021). A logística reversa tem potencial para prevenir e minimizar os danos pós-consumo, além de estimular a participação de todos os elos da cadeia produtiva (Silva et al., 2022).

A odontologia é uma profissão historicamente alicerçada em uma intelectualização própria da medicina, a partir de um ramo especializado nas práticas dentárias (Gomes & Ramos, 2015). Resíduos da atividade odontológica, em especial, são uma fonte significativa de infecção (Lakbala, 2020); pois, produz uma variedade de resíduos que podem conter fatores patogênicos e tóxicos que os impedem de serem descartados diretamente no meio ambiente (Sabbahi, El-Naggar & Zahran, 2020).

A Logística Reversa corresponde ao processo responsável por recapturar matérias-primas, produtos acabados e em processamentos; criar valor ou descartá-los de forma adequada. Seu gerenciamento está relacionado aos cuidados pós-uso dos produtos e materiais (Pereira & Silva, 2017; Ribeiro & Vieira, 2016).

Uma boa gestão de resíduos passa pelo planejamento e monitoramento adequados em todas as etapas, incluindo coleta, separação, tratamento, reciclagem e descarte que promovam uma abordagem circular (Govindan, Nosrati-Abarghooe, Nasiri & Jolai, 2022).

Assim, questiona-se: quais são os desafios de implementação da logística reversa na gestão dos resíduos sólidos da atividade odontológica? Assim, tem-se como objetivo geral: identificar os desafios de implementação da logística reversa na gestão dos resíduos sólidos gerados pela atividade odontológica na Região do Médio Canindé (PI).

A pesquisa justifica-se pela necessidade de que sejam identificadas barreiras que limitam a eficaz implementação da gestão de resíduos sólidos gerados pela atividade odontológica. Dado que o seu gerenciamento é de extrema relevância, pois são potencialmente infectantes (Nabizadeh, Faraji & Mohammadi, 2014). A gestão de seus resíduos odontológicos, tornou-se um problema ambiental altamente sensível, havendo urgente necessidade de estudo e desenvolvimento de políticas públicas (Sabbahi et al, 2020).

No que concerne aos aspectos metodológicos, a pesquisa possui natureza qualitativa e caráter descritivo. A coleta de dados ocorreu em fontes secundária (documental) e primária, por meio da aplicação de roteiro de entrevista semiestruturada com sujeitos de pesquisa responsáveis pela gestão de resíduos sólidos advindos da atividade odontológica na Região do Médio Canindé, estado do Piauí. A análise de dados fez uso da análise de conteúdo da Bardin (2016).

O presente artigo encontra-se estruturado em cinco seções, a contar desta introdução. Na sequência é apresentada a fundamentação no que tange aos resíduos sólidos gerados na saúde e atividade odontologia; seguida dos procedimentos metodológicos; análises e discussões dos resultados; e por fim, as considerações finais.

Resíduos sólidos na odontologia

A crescente geração de resíduos e as práticas de descarte estabelecidas, aliados ainda alto custo de armazenagem, resultaram em volumes crescentes de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), e historicamente, em sérios problemas ambientais e de saúde pública (Szigethy & Antenor, 2021).

Estimasse que cerca de 2,01 bilhões de toneladas RSU, são gerados anualmente pelo mundo, e tem-se a expectativa de que em 2050 esse número chegue a 3,40 bilhões. Isso significa um aumento de quase 70% (Kaza, Bhada-Tata, & Van Woerden, 2018). No Brasil, entre 2018 e 2019, 79 milhões de toneladas de resíduos foram gerados. Com atenção às áreas da saúde, nas quais um volume considerável não tem adequada destinação (Associação Brasileira Das Empresas De Limpeza Pública [ABRELPE], 2019).

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2004) considera como sendo um resíduos sólidos aqueles em estado sólido ou semissólido, que resultaram de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição; bem como, os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água e determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou exijam para isso soluções técnicas e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível.

A fim de regulamentar as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, protegendo o meio ambiente e a sociedade, em 2010 foi aprovada a Lei nº 12.305 que Instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Ela é aplicável a pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e pelas ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento (Brasil, 2010).

Em seu art.4º, a Lei nº 12.305, determina que a PNRS reúna princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos. O que pode ocorrer de modo isolado ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares (Brasil, 2010). Assim, união e estados possuem o papel de estabelecer as leis e normas de caráter geral, que servem como base para leis e normativas municipais. Além disso, é responsabilidade de todos os entes fazer com que elas sejam cumpridas.

Assim, o manejo dos resíduos compreende uma série de processos. A ideia de gestão integrada de resíduos incluiu a minimização da geração destes, bem como introduzir uma nova cultura de trabalho, contemplando atividades como conscientização ambiental, educação continuada e saúde do trabalhador (Silveira & Zanchin, 2017).

A odontologia, por sua vez, é uma profissão historicamente alicerçada em uma intelectualização própria da medicina, a partir de um ramo especializado voltado às práticas dentárias (Gomes & Ramos, 2015). Deve ser exercida em benefício da saúde do ser humano, da coletividade e do meio ambiente, cabendo ao seu profissional dirigir ações que atendam a defesa dos princípios das políticas públicas em saúde e ambientais (CFO, 2012).

No que se refere aos Resíduos Sólidos de Saúde (RSS), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), definem as regras e regulam a conduta dos agentes no que se trata da geração e ao manuseio dos resíduos de serviços de saúde, a fim de preservar a saúde e o meio ambiente (CONAMA, 2005).

De acordo com o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), os resíduos dos serviços de saúde são aqueles decorrentes do atendimento à saúde humana ou animal, laboratórios analíticos, necrotérios, funerárias, drogarias e farmácias, estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde, centros de controle de zoonoses, unidades móveis de atendimento à saúde, serviços de acupuntura; serviços de tatuagem, salões de beleza e estética, entre outros similares (CONAMA, 2005).

Com base nesses aspectos, a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 222, de 22 de março de 2018, classifica esses materiais em cinco grupos (Agência Nacional de Vigilância Sanitária [ANVISA], 2018): A (risco biológico), B (risco químico), C (risco radioativo), D (comuns, equiparados aos resíduos domiciliares) e E (perfurocortantes ou escarificantes).

A atividade odontológica produz uma variedade de resíduos, que podem ser classificados como de riscos biológico, químico, perfurocortantes e comuns (CONAMA, 2005). Neles estão incluídos, curativos e tecidos ensanguentados, metais pesados, vidro, luvas, agulhas e raios-x, que podem conter fatores patogênicos e tóxicos que os impedem de serem descartados diretamente no meio ambiente (Sabbahi et al., 2020).

A RDC nº 222 ainda determina que os estabelecimentos de saúde façam a implantação do gerenciamento dos RSS por meio da instituição de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde (PGRSS). Documento este, que deverá ser executado pelo responsável do estabelecimento gerador dos resíduos, apresentando as ações de manejo correspondentes às etapas de: segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final desses materiais (ANVISA, 2018).

O PGRSS deve ser formulado de acordo com as características particulares de cada estabelecimento, observar regulamentações e contemplar alternativas e gerenciamento viáveis, a partir de recursos indispensáveis e pessoal responsável por sua implementação (Silveira & Zanchin, 2017)

Observa-se ainda que a coleta, a reciclagem e o descarte de resíduos odontológicos dependem de seus componentes, que podem ainda conter fatores patogênicos e tóxicos que os impedem de serem descartados diretamente no meio ambiente. Seu manejo inadequado é uma fonte significativa de infecção hospitalar (Lakbala, 2020).

Assim, a gestão de seus resíduos, tornou-se um desafio para os profissionais e organizações de saúde; bem como, para o meio ambiente, altamente sensível, havendo urgente necessidade de estudo e desenvolvimento de políticas públicas nesse sentido (Silveira & Zanchin, 2017; Sabbahi et al., 2020).

Logística reversa na gestão dos resíduos sólidos

A logística reversa tem seu conceito bastante difundido e em sentido amplo está associada a ideia de fluxo, seja de pessoas, de materiais ou mesmo de informações (Covas, 2009). Seguindo a linha de transformações, percebeu-se a necessidade de reutilização de produtos e materiais, e dessa forma, surge a logística reversa. Essa terminologia de fluxos reversos deriva da década de 1970 (Adlmaier & Sallito, 2007).

O conceito de logística reversa é bastante amplo, por isso, não devemos entendê-la como apenas um recolhimento de produtos defeituosos. Ele está ligado a todas as

operações relacionadas com a reutilização de produtos e materiais, englobando todas as atividades logísticas de coletar, desmontar, e processar produtos ou materiais, a fim de assegurar uma recuperação sustentável (Leite, 2003).

Em 1998 o Programa Brasileiro de Reciclagem deu-se início a uma política sobre resíduos sólidos no Brasil, à época implementado pelo Ministério da Indústria e Comércio. Com o advento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) em 2010, houve a regulamentação e regularização das práticas envolvendo logística reversa, como forma de reduzir a produção de resíduos a serem descartados, transformando-os em novos insumos a serem reutilizados no mercado (Mendonça, Vasconcelos, Nobre & Casarotto, 2017).

A Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, responsável pela PNRS, apresenta a logística reversa como um instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial. Pode visar ao reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final, desde que ambientalmente adequada (Brasil, 2010).

Assim, de acordo com o plano municipal de gestão integrada de resíduos, haverá o gerenciamento de resíduos sólidos. Que por sua vez, caracteriza-se como etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (Brasil, 2010).

Uma boa gestão de resíduos passa pelo planejamento e monitoramento adequados em todas essas etapas, promovendo uma abordagem circular (Govindan, Nosrati-Abarghoee, Nasiri & Jolai, 2022).

Segundo Borghetti e Nascimento (2018), o grande desafio da logística reversa reside no custo associado à operacionalização do sistema em um país de extensão continental e com suas complexas particularidades logísticas. E a implantação de um sistema reverso significa não apenas a confirmação de responsabilidades, mas também o estabelecimento de parcerias: governo, clientes e concorrência (Silva et al., 2022).

Aspectos Metodológicos

Com o intuito de identificar os desafios de implementação da logística reversa na gestão dos resíduos sólidos da atividade odontológica, o presente estudo caracteriza-se por seu caráter descritivo e uso de método de natureza qualitativa (Creswell, 2014).

No que concerne a coleta de dados, fez-se uso de fontes primárias e secundárias. Os dados secundários foram obtidos por levantamento bibliográfico e documental. Qualquer pesquisa está situada dentro de um quadro de preocupações teóricas. A leitura da bibliografia deve ser um exercício de crítica, na qual devem ser destacadas as categorias centrais (Goldenberg, 2004).

Quanto aos dados primários, foram realizadas entrevistas guiadas por roteiro semiestruturado, com oito profissionais que atuam na atividade odontológica na Região do Médio Canindé, estado do Piauí. Elas ocorreram no mês de março de 2021, via plataforma do Google Meet, com duração média de 30min.

Quanto à caracterização dos sujeitos participantes da pesquisa, ela pode ser observada no quadro 1. Ele apresenta aspectos relacionados ao sexo, idade, formação acadêmica, atuação profissional e tempo de atividade dos entrevistados. Observa-se que, em sua maioria, eram mulheres (75%), com tempo médio de 7 anos de experiência e exercício profissional na rede pública e privada de atendimento.

Quadro 1 - Caracterização dos sujeitos de pesquisa

Sujeito	Sexo	Idade	Formação acadêmica	Atuação profissional	Tempo de de atividade
E01	F	27	Bacharelado em odontologia	Dentista na rede privada, atende na Região do Médio Canindé (PI)	5 anos
E02	F	31	Bacharelado em odontologia	Dentista e coordenadora da saúde bucal municipal, atende na rede pública da Região do Médio Canindé (PI)	7 anos
E03	F	29	Bacharelado em odontologia	Dentista na rede pública, atende na Região do Médio Canindé (PI)	7 anos
E04	F	38	Bacharelado em odontologia	Dentista na rede privada, atende na Região do Médio Canindé (PI)	12 anos
E05	M	35	Bacharelado em odontologia	Dentista na rede privada, atende na Região do Médio Canindé (PI)	11 anos
E06	M	26	Bacharelado em odontologia	Dentista na rede pública, atende na Região do Médio Canindé (PI)	3 anos
E07	F	31	Bacharelado em odontologia	Dentista na rede pública, atende na Região do Médio Canindé (PI)	6 anos
E08	F	30	Bacharelado em odontologia	Dentista na rede pública, atende na Região do Médio Canindé (PI)	5 anos

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Para a análise dos dados coletados nas entrevistas, utilizou-se o método da análise de conteúdo da Bardin (2016).

Análise e discussão dos resultados

Quanto aos resultados, os dados foram categorizados em dimensões, conforme indicado por Bardin (2016). As dimensões utilizadas foram: segregação;

acondicionamento; coleta e armazenamento; transporte e tratamento; e disposição final. Elas, por sua vez, foram originadas a partir do agrupamento de unidades de contexto e unidades de registro (códigos de análise). Categorias e códigos podem ser observados no quadro 2.

Quadro 2 - Codificação dos dados de entrevista

Dimensão	Unidade de Contexto	Unidade de Registro
Segregação	Sempre ocorre	Perfurocortantes
		Material não contaminante
	Nem sempre ocorre	Películas de chumbo
		Radiografias
Acondicionamento	Em sacos plásticos	Material infectante
		Materiais não infectante
	Em caixas e outros	Materiais químicos
		Perfurocortantes
Coleta e armazenamento	Município	Com material hospitalar
		Há pouco tempo
	Empresa particular	Gases e algodões
		Depósito próprio
	Desconhece	De boa parte do material
	Transporte e Tratamento	Insatisfatório
Ausência de reciclagem		
Monopólio		Escassez de empresas na região
		Realizado uma vez ao mês
Disposição final	Local	Aterro sanitário
		Incineração
	Não identificada	Responsabilidade da contratada

Fonte: dados da pesquisa (2022).

A primeira dimensão de análise corresponde a atividade de segregação. Ela é identificada na RDC nº 306 de 07 de dezembro de 2004 (Brasil, 2004) com sendo a separação dos resíduos no momento e local de sua geração, de acordo com as características físicas, químicas, biológicas, o seu estado físico e os riscos envolvidos. Duas unidades de contexto foram identificadas: (a) a atividade de segregação sempre ocorre e (b) a segregação nem sempre ocorre.

Quanto à primeira unidade (a), de atividades de segregação que sempre ocorrem, os entrevistados relataram que a segregação de perfurocortantes e materiais não contaminantes sempre ocorrem em seus ambientes de trabalho, pois ambos são postos em recipientes de fácil acesso. Quanto a segregação que nem sempre ocorre (b), foram destacados os materiais como radiografias e películas de chumbo, por vezes, descartados no lixo comum imediatamente após o uso.

Observa-se que nem todos os materiais são segregados corretamente, ocorrendo o contrário do que estabelece a resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005, em seu art. 14, segundo o qual “é obrigatória a segregação dos resíduos na fonte e no momento da geração, de acordo com suas características, para fins de redução do volume dos resíduos a serem tratados e dispostos, garantindo a proteção da saúde e do meio ambiente.”.

Quanto à segunda dimensão de análise, denominada acondicionamento, corresponde ao ato de embalar os resíduos já segregados (CONAMA, 2005). Os dois registros identificados foram: (a) acondicionamento em sacos plásticos e (b) acondicionamento em caixas e outros recipientes.

Segundo os profissionais entrevistados, o acondicionamento em sacos plásticos (a) é utilizado para alguns materiais infectantes e não infectantes. Os materiais infectantes como saliva, sangue e tecido são colocados em lixeiras revestidas com sacos brancos, para que assim possam ser identificados. Já os insumos, como máscaras e embalagens, são postos em lixeiras com sacos de lixo comum.

As caixas e outros recipientes (b), são utilizados da seguinte forma: os perfurocortantes são mantidos em caixas de papelão até que atinjam um peso determinado. Já outros materiais químicos como reveladores e fixadores, são acomodados em potes de plástico ou vidro, de maneira improvisada.

Por conseguinte, no que tange à terceira dimensão de análise, ela corresponde ao processo de coleta e armazenamento. E referem-se à remoção dos RSS do abrigo de resíduos do local gerador, até a unidade de tratamento ou disposição final (Brasil, 2010).

Três contextos foram identificados: (a) município, (b) empresa particular e (c) desconhece tais procedimentos. Quatro dos entrevistados que trabalham na rede pública, apontam que a coleta dos materiais é feita por órgão público municipal (a), que dispõe de uma empresa contratada especializada no GRS. Esse recolhimento é feito junto com os materiais hospitalares; porém, relatam que essa atividade só começou a ser feita a partir do ano de 2020; antes disso, tudo era descartado junto com o lixo comum, que seria recolhido pelo serviço de limpeza pública.

A unidade (b), por sua vez, refere-se à contratação da mesma empresa que presta serviço ao município, só que de forma particular. Essa prática foi apontada por três entrevistados da rede privada, mas apenas no recolhimento de perfurocortantes, que ficam armazenados em depósito próprio até a chegada da especializada; antes desta contratação, todo o lixo era incinerado por conta própria daquele que o gerou, como uma

tentativa de diminuir o risco que eles poderiam gerar. Já os demais resíduos do consultório são recolhidos pelo serviço de limpeza pública.

Um dos profissionais da rede pública relata ainda desconhecer como são feitas essas atividades de coleta e armazenamento.

No que se refere a dimensão de análise chamada transporte, ele é conceituado como sendo o traslado dos resíduos dos pontos de geração até o local destinado; e o tratamento sendo a aplicação de métodos que reduz ou elimina o risco de contaminação, acidentes ocupacionais ou danos ao meio ambiente (Brasil, 2010). Nestes foram identificados dois contextos de análise: (a) insatisfatório e (b) monopólio.

A insatisfação (a), foi apontada por todos os entrevistados, uma vez que a contratação de uma empresa para realizar o gerenciamento apresenta um alto custo, não sendo cabíveis algum tipo de reciclagem. Segundo três entrevistados que contratam por conta própria a empresa para recolhimento, isso só se tornou possível depois que a gestão pública municipal passou a também fazer uso desse serviço, pois assim, houve seu barateamento.

Observa-se ainda que o aspecto do alto custo é citado por Borghetti e Nascimento (2018) como um dos grandes desafios operacionalização de um sistema de Logística Reversa.

O monopólio (b) também dificulta o processo, visto que não há muitas alternativas, pois segundo os profissionais, apenas duas empresas oferecem esse serviço no estado do Piauí, que conseqüentemente minimizam a quantidade da prestação de serviço que, atualmente, se delimita a uma vez por mês, tanto na rede pública quanto privada.

Por fim, a última dimensão denominada disposição final, que se refere à acomodação dos resíduos no solo, é composta pela unidade (a) local e (b) não identificado. Quanto à unidade local (a), a maior parte dos entrevistados afirma que os resíduos são incinerados ou postos em aterro sanitário. E apenas um dos sujeitos relata não saber identificar (b) como é feito a disposição final.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade odontológica apresenta uma diversidade de Resíduos Sólidos de Saúde (RSS) que podem gerar riscos para a saúde humana; bem como, causar impactos ambientais mais amplos. Eles vão desde fluidos biológicos, até materiais extremamente tóxicos, compostos de metais pesados e junções químicas. Logo, faz-se necessário seu adequado descarte.

O presente estudo buscou identificar os desafios de implementação da logística reversa na gestão dos resíduos sólidos gerados pela atividade odontológica na Região do Médio Canindé (PI).

Identificou-se, pois, que os principais desafios associados à implementação do sistema de gestão de resíduos sólidos no caso em análise são os custos associados a essa operação; bem como, a escassez de empresas especializadas na logística reserva desses resíduos; e ausência de um Plano de Gerenciamento de Resíduos do Serviço de Saúde.

Salienta-se, que para que a gestão aconteça, é necessário a execução de uma série de responsabilidades, distribuídas entre fabricantes, distribuidores, comerciantes e

consumidores - que vai do recolhimento dos resíduos, separação, preparação até a destinação final adequada – e que hoje não ocorrem de forma satisfatória.

O presente estudo contribui com um maior entendimento acerca da gestão dos Resíduos Sólidos Odontológicos; além disso, sinaliza aspectos que podem auxiliar na melhoria de políticas públicas voltadas à gestão desses resíduos.

Quanto às limitações de pesquisa, registra-se uma certa resistência de alguns profissionais para falar sobre o assunto; a ausência de determinados mecanismos de gestão de resíduos, parece influenciar. Quanto a sugestões de pesquisa futura, sugere-se a inclusão da visão de outros sujeitos que atuam na cadeia da logística reversa responsável pela gestão dos resíduos sólidos, a exemplos de fabricantes de produtos, de empresas de reciclagem e de representantes governamentais.

REFERÊNCIAS

Adlmaier, D., & Sellitto, M. A. (2007). Embalagens retornáveis para transporte de bens manufaturados: um estudo de caso em logística reversa. *SciELO*, 17 (2).

Agência Nacional de Vigilância Sanitária. (2018). *Resolução da Diretoria Colegiada N° 222, de 28 de março de 2018*. Brasília, DF: Autor.

Associação Brasileira das Empresas De Limpeza Pública. (2019). *Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2018/2019*. São Paulo: Autor.

Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2004). *ABNT. NBR 10004: Resíduos sólidos classificação*. Rio de Janeiro: Autor.

Bardin, Laurence. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo, SP: Edições 70.

Brasil. (2010). *Lei n° 12.305, de 2 de agosto de 2010*. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, Brasília, DF. Recuperado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm

Conselho Federal de Odontologia. (2012). *Resolução CFO 118 de 11 de maio de 2012: aprova Código de Ética Odontológica*. Brasília: Autor. Recuperado em <http://website.cfo.org.br/wp-content/uploads/2019/04/Codigo-de-Processo-Etico-Odontologico-2004.pdf>

Conselho Nacional de Meio Ambiente. (2005). *Resolução Conama no 358 de 29 abril de 2005*. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências. Brasília: Autor. Recuperado em <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/RE0358-290405.PDF>

Covas, Carlos. (2009). *Logística Empresarial*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação CECIERJ.

Creswell, J. W. (2014). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativos e quantitativos*. São Paulo, SP: Arned.

Goldenberg, Mirian. (2004). *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. São Paulo, SP: Record.

Gomes, D. & Ramos, F. R. S. (2015). O profissional da odontologia pós-reestruturação produtiva: ética, mercado de trabalho e saúde bucal coletiva. *Saúde Soc.*, 24 (1), 285-297.

Govindan, K., Nosrati-Abarghoee, S., Nasiri, M. M., & Jolai, F. (2022). Green reverse logistics network design for medical waste management: A circular economy transition through case approach. *Journal of Environmental Management*, 322.

Kaza, S., Yao, L. C., Bhada-Tata, P. & Van Woerden, F. (2018). *What a waste 2.0: a global snapshot of solid waste management to 2050*. Washington, DC: World Bank.

[Lakbala](#), Parvin. (2020). Dental waste management among dentists of Bandar Abbas (Iran). *AIMS Environmental Science*, 7(3), 258-267.

Leite P. R. (2003). *Logística Reversa: meio ambiente e competitividade*. São Paulo, SP: Prentice Hall.

Mendonça, J. C. A., Vasconcelos, P. E. A., Nobre, L. B. O., & Casarotto, E. L. (2017). Logística reversa no brasil: um estudo sobre o mecanismo ambiental, a responsabilidade social corporativa e as legislações pertinentes. *RCCe*, 15 (2).

Nabizadeh R., Faraji, H, & Mohammadi, Aa. (2014). Solid waste production and its management in dental clinics in Gorgan, northern Iran. *Int J Occup Environ Med*, 5 (4), 216-221.

Nascimento, C. R. G., & Borghetti, J. R. (2018). *Logística reversa de resíduos sólidos*. Curitiba, PR: Senai.

Pereira, D., & Silva, M. A. (2017). Introdução a logística. *Revista Gestão em Foco*, 9, 291-304.

Ribeiro, E. O. A, Vieira, R. K. (2016). Logística reversa aplicada a clínica odontológica: estudo de caso. In *XXXVI Encontro Nacional de Engenharia de Produção (ENEGEP)*, João Pessoa, PB.

Sabbahi, D. A., El-Naggar, H. M., & Zahran, M. H. (2020). Management of dental waste in dental offices and clinics in Jeddah, Saudi Arabia. *Journal of the air & waste Management Association*, 70 (10), 1022-1029.

Silva, R. C., Azevedo, A. R.G., Cecchin, D., Carmo, D., Marvila, M. T., & Adesina, A. (2022). Study on the implementation of reverse logistics in medicines from health centers in Brazil. *Cleaner Waste Systems*, 2, 2772-9125.

Silveira, E.P. A., & Zanchin, J. (2017). PGRSS de um Hospital Público de Florianópolis: Atendimento aos Requisitos Legais ou Responsabilidade Social Corporativa da Instituição? *Estudos de Administração e Sociedade*, 2 (3), 57 – 67.

Szigethy, L., & Antenor, S. (2021). *Resíduos sólidos urbanos no Brasil: desafios tecnológicos, políticos e econômicos*. Rio de Janeiro, RJ: Ipea.

Artigo – Estado, Organizações e Sociedade.

Políticas Públicas para a Agricultura Familiar Brasileira: Uma Análise da Produção Artesanal de Queijo Minas

Adriana Prado Bicalho¹
Especialista em Políticas Públicas e Gestão do Governo Federal do Brasil
adrianabicalho7@gmail.com
Armindo dos Santos de Sousa Teodósio²
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)
armindo.teodosio@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a inserção da agricultura familiar no cenário econômico, político e social brasileiro a partir da discussão do empreendedorismo. Recorremos à Nova Sociologia Econômica para estudar economia a partir de suas conexões com as questões sociais. É realizada uma análise do mercado da produção artesanal de Queijo Minas, utilizando o conceito de *embeddedness* (imersão) para explicar a intencionalidade do ator no sistema de relações sociais e a formação da estrutura social, destacando seus desdobramentos sobre a ação econômica. Concluímos fazendo uma avaliação do empreendedorismo na agricultura familiar brasileira como estratégia de promoção do desenvolvimento sustentável.

Palavras chave: Empreendedorismo, Agricultura Familiar, Nova Sociologia Econômica, Políticas Públicas Agrícolas.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the insertion of family farming in the Brazilian economic, political and social scenario, based on the discussion of entrepreneurship. We turn to the New Economic Sociology to study economics from its connections with social issues. An analysis of the artisanal production market of Queijo Minas is carried out, using the concept of *embeddedness* to explain the actor's intentionality in the system of social relations and the formation of the social structure, highlighting its consequences on economic action. We conclude by evaluating entrepreneurship in Brazilian family farming as a strategy to promote sustainable development.

Keywords: Entrepreneurship, Family Farming, New Economic Sociology, Public Policy in Agriculture.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar la inserción de la agricultura familiar en el escenario económico, político y social brasileño, a partir de la discusión del emprendimiento. Acudimos a la Nueva Sociología Económica para estudiar la economía desde sus conexiones con lo social. Se realiza un análisis del mercado de producción artesanal de Queijo Minas, utilizando el concepto de arraigo para explicar la intencionalidad del actor en el sistema de relaciones sociales y la formación de la estructura social, destacando sus consecuencias sobre la acción económica. Concluimos evaluando el emprendimiento en la agricultura familiar brasileña como estrategia para promover el desarrollo sostenible.

Palabras Clave: Emprendimiento, Agricultura Familiar, Nueva Sociología Económica, Políticas Públicas Agrarias.

[Submetido em 05-02-2022 – Aceito em: 03-06-2022 – Publicado em: 26-12-2022]

¹ Mestre em Administração (PUC Minas), especialista em Gestão Pública pela Fundação João Pinheiro (FJP), especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

INTRODUÇÃO

Vivenciamos um importante fenômeno de revalorização do espaço rural no Brasil. O estilo de vida do campo, carregado de significados como a sustentabilidade ambiental e a valorização da diversidade cultural, aliado ao ideal de uma vida saudável e uma mudança na percepção do valor dos recursos naturais, está alterando positivamente a dimensão atribuída pela sociedade moderna, não somente ao espaço rural, mas às pessoas que nele vivem, seus valores e saberes.

O reordenamento global do rumo do desenvolvimento em direção ao paradigma da sustentabilidade, envolvendo a integração entre conservação e desenvolvimento, a satisfação das necessidades básicas do ser humano com equidade e justiça social, e a garantia da diversidade cultural e da integridade ecológica também contribuem para a valorização da agricultura familiar e sua participação na construção de uma nova realidade rural no Brasil.

A agricultura familiar no Brasil “cresce e aparece”. Dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) dão conta do vigor que caracteriza não somente a importância social deste segmento na geração de trabalho e renda no campo e na garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira, mas também de sua pujança econômica. Mesmo ocupando menos de um quarto da área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários no Brasil, dado que reforça a concentração agrária herdada dos tempos de colônia e que persiste ainda hoje, a agricultura familiar responde por 23% do valor bruto da produção agropecuária nacional, sendo responsável por 77% dos estabelecimentos rurais no Brasil. Em relação às pessoas ocupadas na agropecuária brasileira, é evidente a importância econômica e social da agricultura familiar. Na contramão da intensa mecanização das lavouras, resultante dos avanços tecnológicos e da redução da mão de obra ocupada no agrobusiness, a agricultura familiar em 2017 foi capaz de abranger 67% de todo o pessoal ocupado na agricultura brasileira, o que equivale a cerca de 10,1 milhões de trabalhadores (IBGE, 2017).

Deparamo-nos com a necessidade de discutir quais fatores contribuem para o processo de fortalecimento da agricultura familiar. Sabe-se que as lutas dos movimentos sociais em defesa das questões agrárias no país tiveram e ainda têm grande importância neste processo. Estas lutas proporcionaram, entre outras medidas, a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, órgão da administração direta do Governo Federal responsável pela gestão de um conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável, que integram a atual agenda de redemocratização do país e que inserem a agricultura familiar no marco institucional do Estado brasileiro. (Schimtt, 2017; Diniz & Lerrer, 2018; Mattei, 2018; Medeiros & Grisa, 2019).

Este conjunto de políticas públicas tem buscado apoiar o desenvolvimento da atividade agrícola em pequenas propriedades rurais da agricultura familiar, desde as que se dedicam apenas a produção para consumo próprio da família, até aquelas que atuam na produção para o mercado e gerando renda para as famílias. Ao se conceber o agricultor familiar como protagonista deste processo, se faz necessário conhecer seu perfil, capacidade empreendedora e habilidades para transformar (ou não) a sua própria realidade e à sua volta.

Nosso objetivo neste artigo é discutir as possibilidades, perspectivas, riscos e dificuldades que o agricultor familiar encontra como agente gerador de inovações capazes de viabilizar o desenvolvimento sustentável no contexto rural brasileiro. Esta pesquisa

está amparada teoricamente nas contribuições da Nova Sociologia Econômica (NSE) e do Empreendedorismo, especialmente o familiar. Entendemos que a contribuição teórica da NSE será capaz de fornecer os instrumentos compreensivos necessários para a análise da realidade da agricultura familiar, tais como as habilidades sociais dos atores desse campo e a cooperação e a formação de redes entre eles.

Neste artigo, recorreremos a diferentes fontes de dados secundários provenientes de publicações técnicas especializadas no tema da Agricultura Familiar e consultas a bases de dados estatísticos de órgãos oficiais sobre a Agricultura Familiar, principalmente as do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE). Considerando como recorte para este estudo, analisaremos empreendedores agricultores familiares produtores de Queijo Minas artesanal no Estado de Minas Gerais.

Dimensões Econômicas, Sociais e Territoriais da Agricultura Familiar

A Nova Sociologia Econômica amplia o estudo da economia ao relacioná-la às questões sociais que inevitavelmente se fazem presentes nela. Na abordagem sociológica dos mercados, a perspectiva político-cultural, vinculada à Nova Sociologia Econômica (NSE), busca estudá-los não como pontos de equilíbrio neutros entre atores anônimos e impessoais, conforme ponto de vista neoclássico (ABRAMOVAY, 2003), mas como estruturas sociais (GRANOVETTER, 1985). A NSE constitui propriamente uma abordagem, ou uma perspectiva de análise, nas palavras de Smelser e Swedberg (1994, p. 25), para os quais ela pode ser definida como “a aplicação de estruturas de referência, variáveis e modelos explicativos da Sociologia a um complexo de atividades relacionadas à produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços escassos”.

Os estudos de Granovetter (1985) buscam compreender a relação entre a ação econômica e a estrutura social, utilizando o conceito de *embeddedness* (imersão) para explicar a intencionalidade do ator no sistema de relações sociais e a formação da estrutura social, e que ambos afetam a ação econômica. A abordagem político-cultural dos mercados traz vários elementos para a compreensão das motivações e das escolhas estratégicas feitas pelas organizações (FLIGSTEIN, 2001). Os agentes do mercado buscam criar mundos estáveis como forma de diminuir os conflitos e a competição, por meio de diversas soluções sociais. Os atores são levados a criar hierarquias, acordos, táticas de negociação e de cooperação.

Inspirado no Interacionismo Simbólico, Neil Fligstein (2001) aborda a cooperação embutida nas relações de mercado sob o ângulo do poder (de influenciar e de constituir um certo campo) e dos significados do que os atores são capazes de inspirar nos outros a partir de suas práticas. O ponto de partida é a necessidade de os indivíduos e as organizações estabilizarem e reduzirem os riscos em suas relações. No cerne das estruturas sociais está, portanto, a cooperação humana. Ela é um modelo de ação que supõe capacidade de persuasão e de interferência na própria formação dos significados em torno dos quais se organiza a ação social. Daí a importância do que Fligstein chama de “empreendedores institucionais”, ou seja, de indivíduos capazes de exercer liderança na organização para promover iniciativas coletivas, incorporando a análise dos movimentos sociais às firmas, passando pelo próprio mercado.

Toda a obra de Fligstein, desde seus trabalhos do início dos anos 1990, concentra-se na tentativa de desfazer o mito de que no mercado os indivíduos comportam-se como maximizadores de interesses cuja base é a rentabilidade econômica. Ao contrário, o que os

atores (ou agentes econômicos) buscam é reduzir os riscos inerentes ao fato de estarem todos expostos à instabilidade do funcionamento do sistema de preços. Nessa tentativa permanente de garantir as condições de sua própria sobrevivência, os indivíduos e os grupos constroem habilidades sociais, definidas por Fligstein (2001) como “habilidade de motivar atores à ação coletiva, o que é vital para a construção e reprodução da ordem social”, que lhes permitem lutar pela dominação do campo em que atuam. Campo segundo Pierre Bourdieu (1992, p. 54) é o “Espaço multidimensional de relações sociais entre agentes que compartilham interesses em comum, mas que não dispõe dos mesmos recursos e competências”.

A economia da Agricultura Familiar se caracteriza por interações complexas e na maioria das vezes desiguais entre diversos agentes, o que faz surgir a necessidade de regras e estruturas sociais capazes de organizar este mercado. Principalmente na presença de incertezas ou de turbulência social, a habilidade social pode ter uma função crucial para manter as ordens locais unidas. Além disso, no surgimento das ordens, a habilidade social normalmente tem destaque. Não é por acaso que falamos de empreendedores na vida econômica, social e política. Esses atores são pessoas de visão que criam novas coisas. Eles não somente têm uma ideia, mas devem utilizar essa ideia para induzir a cooperação entre os outros (DIMAGGIO, 1988).

A habilidade social funciona como uma microestrutura para compreender o que os atores fazem nos campos. Para começar, é a combinação de recursos, de regras preexistentes e das habilidades sociais dos atores que funciona para produzir campos, estabilizá-los periodicamente e produzir a transformação. O surgimento de novos campos ocorre quando um número significativo de membros de diferentes grupos percebe novas oportunidades. A habilidade de construir amplas coalizões políticas e novos quadros culturais que reorganizam identidades e interesses significa que os atores também são sempre importantes. Atores sociais hábeis se relacionam empaticamente com as situações das outras pessoas e, ao fazê-lo, são capazes de fornecer a essas pessoas razões para cooperar. A ideia de habilidade social nos oferece uma forma de começar a estudar como os atores algumas vezes podem transformar as estruturas sociais. Ela nos permite entender como recursos e regras, uma vez estabelecidos, tendem a favorecer os grupos maiores e mais organizados. A teoria dos campos nos ajuda a ver que, uma vez estabelecidos, em geral os arranjos organizacionais dominantes se reproduzem periodicamente. Isso também ocorre graças à distribuição de regras e recursos para os grupos dominantes e à habilidade dos atores hábeis em utilizá-los para reproduzir seu poder.

Tendo em vista que as conjunturas de um campo, identifica-se um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação que é experimentado e posto em prática, estimulados por este campo. A este sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano, denomina-se como *Habitus*, ou seja, uma subjetividade socializada (BOURDIEU, 1992). *Habitus* é aqui compreendido como:

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (BOURDIEU, 1983, p. 193).

Destacamos também um termo muito presente hoje ao analisarmos a formação de campos, a noção de territórios, cujo desenvolvimento dependeria da articulação e contribuição através de diversos atores e esferas de poder como: sociedade civil, governo e suas instituições, políticas privadas e públicas, desenvolvem um papel para a melhora do âmbito local. Os territórios não são, simplesmente, um conjunto neutro de fatores naturais e de dotações humanas capazes de determinar as opções de localização das empresas e dos trabalhadores: eles se constituem por laços informais, por modalidades não mercantis de interação construídas ao longo do tempo e que moldam certa personalidade e, portanto, uma das fontes da própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais (ABRAMOVAY, BEDUSCHI FILHO, 2004).

Enfatizando o conceito de território, a sociologia econômica contemporânea nas ideias de Fligstein (2001), inspiradas em Bourdieu (1983), encara os territórios como campos onde se disputam interesses diversos, através dos processos localizados de cooperação é a proposta teórica que emerge da aplicação da sociologia econômica de Neil Fligstein aos estudos territoriais. Em cada campo, o objetivo central da ação está na tentativa de alcançar cooperação com outros atores (FLIGSTEIN, 2001). A visão do território coloca ênfase na maneira como uma sociedade utiliza os recursos de que dispõe em sua organização produtiva e, portanto, na relação entre sistemas sociais e ambientais (ABRAMOVAY, 2010).

O empreendedorismo coletivo ou compartilhado pode ser representado por formas de associativismo e cooperativismo à medida que constrói processos de cooperação e interação dentro e fora da comunidade. Martinez (2004) ressalta que o empreendedorismo coletivo não é simplesmente a soma do empreendedorismo individual de cada um dos envolvidos, pois em muitos casos o indivíduo sozinho não é empreendedor, mas associado se torna um.

No empreendedorismo coletivo solidário, empreender envolveria respeitar as características da comunidade em questão, explorando suas virtudes, apoiando-se na união dos membros. “A inteligência e a união coletiva dos trabalhadores são os fatores que, mobilizados, funcionam como recursos fundamentais para que os empreendimentos lidem com a realidade contingente e logrem sua sobrevivência” (GAIGER; CORRÊA, 2010). Neste contexto a contribuição do empreendedor não é apenas na economia, mas abrange questões sociais e de cidadania, onde o empreendedor tem a oportunidade de direcionar o seu negócio para o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a redução da pobreza, tornando-se também um agente de mudança social, agregando valor à sociedade.

Procedimentos Metodológicos

Este artigo recorre à pesquisa qualitativa, a partir da coleta e análise de dados secundários, aproximando-se da realidade entre sujeito e objeto de investigação associada à chamada pesquisa-ação (Thiollent, 1986), na medida em que um de seus autores tem experiência como gestor de políticas públicas para a agricultura no Brasil. (Pozzebon & Petrini, 2013)

Utilizamos o tipo de pesquisa qualitativa da pesquisa-ação por entender que se constitui em uma importante ferramenta metodológica no contexto da agricultura familiar, pelo fato de não sustentar-se em epistemologias positivistas e lineares, mas em abordagens que pressupõem a integração dialética entre o sujeito e sua existência, entre os fatos e valores, entre teoria e ação, e principalmente, entre pesquisadores e pesquisados (Gil,

2017; Flick, 2009; Cervo & Bervian, 2002). Esse aparato metodológico se associa com consistência aos pressupostos teóricos da Nova Sociologia Econômica e à interpretação sobre o fenômeno do empreendedorismo que guiaram a pesquisa.

Uma das estratégias de coleta de informações se sustentou em dados secundários de publicações técnicas especializadas no tema da agricultura familiar, consultas a bases de dados estatísticos de órgãos oficiais sobre a agricultura familiar, principalmente as do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE) e documentos e relatórios de trabalhos realizados por um dos autores deste artigo, que tem atuado como Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental nos Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário exercício há mais de 15 anos. A documentação oficial consultada envolve as seguintes publicações: Brasil (2010); Brasil (2006); Brasil/MDA/SAF (2015); Brasil/MDA (2010); Brasil/MDA/SAF (2009); Brasil/MDA/SAF (2008a); Brasil/MDA/SAF (2008b); Brasil/MDA/CONDRAF (2006) e Brasil/MDA/SAF (2004).

Como pressupõe o desenvolvimento de um estudo de pesquisa qualitativa, estabeleceremos um corte temporal-espacial para análise do fenômeno proposto. Este corte definiu o campo em que o trabalho foi desenvolvido e teve como base o número de estabelecimentos da agricultura familiar identificados pelo Censo Agropecuário do IBGE (2017). Qualificando este corte, a metodologia utilizada levou em conta segundo o caráter espacial e a segmentação destes estabelecimentos de acordo com sua caracterização em relação à participação ou não no mercado

Políticas Públicas de Apoio à Agricultura Familiar

O processo de redemocratização no Brasil tem provocado um fortalecimento dos movimentos sociais, principalmente aqueles envolvidos com as questões agrárias, consolidando estas questões na agenda governamental. Aliado a este processo, alguns fatos históricos como o Massacre de Eldorado do Carajás motivaram o Governo Federal a instituir políticas públicas para o atendimento de agricultores familiares e assentados de reforma agrária.

Em 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf – com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, juntamente com a nomeação do ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária. Em 1999, uma medida provisória transforma o gabinete do ministro em Ministério da Política Fundiária e Agricultura Familiar e posteriormente em Ministério da Política Fundiária e Desenvolvimento Agrário (Brasil/MDA/SAF; 2009; Brasil/MDA/CONDRAF (2006)). Em 2000 é criado pelo decreto 3.338 o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e em 2001 uma nova medida provisória transfere do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o MDA as atribuições relacionadas com a promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares (Brasil/MDA/SAF; 2009). Estas atribuições estão amparadas pelo Pronaf, que inicialmente tinha foco exclusivo na política de crédito rural diferenciado para agricultores familiares, se torna um programa que engloba uma série de políticas públicas baseadas no tripé do financiamento e seguro da produção, assistência técnica e extensão rural.

Vários instrumentos de política pública estão sendo implementados sob a gestão do MDA visando o desenvolvimento rural sustentável. O crédito rural do Pronaf ainda se

constitui no principal instrumento para a promoção deste desenvolvimento, disponibilizando recursos em diversas linhas de custeio e investimento para o financiamento da produção, do beneficiamento e processamento, e da comercialização da produção agropecuária e não agropecuária (artesanato, turismo rural, extrativismo). Além do crédito rural, o MDA implementa políticas públicas que levam assistência técnica às propriedades rurais melhorando os processos de trabalho por meio do acesso ao conhecimento e a tecnologia, acesso a mercados e as demais políticas públicas, vinculadas à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural que se baseia em princípios da sustentabilidade da produção por meio da agroecologia e do mercado justo e solidário. Buscando assegurar a geração de renda na agricultura familiar, o MDA conjuntamente com o MDS e em parceria com outros órgãos, gerenciam programas institucionais de comercialização como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que visam o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar e promover a inclusão social no campo. (Brasil/MDA/SAF, 2015; Brasil/MDA, 2010; Brasil/MDA/SAF, 2008a; Brasil/MDA/SAF, 2008b; Brasil/MDA/CONDRAF; 2006; Brasil/MDA/SAF, 2004).

Outras políticas também fazem parte do conjunto de ações voltadas para a agricultura familiar, tais como o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que financia a aquisição de imóveis rurais não passíveis de desapropriação federal, com uma linha de combate a pobreza rural e outra de consolidação da agricultura familiar. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) também tem ações voltadas para o campo, com a doação de máquinas e implementos para a abertura e conservação de estradas vicinais, melhorando o escoamento da produção, além do abastecimento de água no semiárido brasileiro. (Brasil/MDA/CONDRAF; 2006).

O Governo Federal instituiu o Sistema unificado de Atenção à Sanidade Animal (SUASA) para legalizar e acelerar a implantação de agroindústrias da agricultura familiar), visando descentralizar o serviço de inspeção sanitária e facilitar a comercialização das agroindústrias locais, fortalecendo a economia dos municípios. O Programa Terra Legal é uma iniciativa para assegurar a titulação de propriedade de terras públicas federais na região da Amazônia Legal, garantido aos proprietários destas terras acesso às políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento rural e aos modelos de produção sustentável. (Brasil/MDA/SAF, 2015; Brasil/MDA, 2010)

Dentre as políticas públicas para a agricultura familiar tem se também o Programa de Cadastro de Terra e Regularização Fundiária, que visa garantir a posse do imóvel ao trabalhador do campo e o Programa Terra Forte, que financia projetos de cooperativas e associações que visam à implementação e modernização de empreendimentos coletivos agroindustriais em assentamentos de reforma agrária. Para melhorar o acesso à educação no campo, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, promovendo cursos de educação profissional e tecnológica para jovens e adultos da área rural por meio do Pronatec-campo. O programa Arca das Letras leva bibliotecas às comunidades rurais para promover a leitura e a alfabetização para moradores da zona rural. Para garantir a cidadania e o acesso às políticas públicas, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) faz caravanas e mutirões de emissão de documentos atendendo prioritariamente às mulheres e jovens rurais. Também para atendimento às mulheres rurais, o programa organização Produtiva das Mulheres Rurais visa promover a autonomia econômica e garantir o protagonismo feminino na economia rural. (Brasil/MDA/SAF, 2008a; Brasil/MDA/SAF, 2008b);

Quanto às políticas de desenvolvimento territorial, destaca-se o programa Territórios da Cidadania, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República e conduzido pelo MDA, o programa é voltado para o desenvolvimento sustentável nas regiões com menor índice de desenvolvimento humano do país, integrando ações dos governos com a participação da sociedade civil. Nos territórios homologados instituiu-se o Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais, que repassa recursos federais para obras de infraestrutura para viabilizar serviços para a agricultura familiar. (Brasil/MDA/SAF, 2015)

Empreendedorismo na Produção do Queijo Minas Artesanal

O cenário identificado no Censo agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), dando conta da expressão e do dinamismo da economia da agricultura familiar, aliado à análise dos impactos da implementação do amplo arcabouço de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar apontam para um caminho de possível enfrentamento do desafio que se apresenta: garantir segurança alimentar para 7 bilhões de pessoas sem comprometer a sustentabilidade ambiental do Planeta. Não se trata de um percurso suave ou sem turbulências, tão pouco todo o esforço governamental em fortalecer o setor agropecuário no Brasil, em especial a agricultura familiar, isoladamente, será suficiente. A Nova Sociologia Econômica mostra que a fragmentação da economia concebida pelos neoclássicos torna mais problemática as políticas públicas ao priorizar apenas a redistribuição feita pelo Estado para restabelecer o equilíbrio e para pensar um desenvolvimento sustentável. A participação ativa da sociedade organizada é importante e deve ir além do controle social, para com isso atingir a construção efetiva de um novo modelo participativo, cooperativo e integrador para o desenvolvimento rural sustentável, em cujo centro se encontra a agricultura familiar.

Minas Gerais se destaca pela sua importância na agricultura familiar, apresentando 72,7% dos estabelecimentos rurais nessa classificação, o que engloba 26,2% da área total explorada pela atividade agropecuária no estado. Isso o torna o estado do Sudeste do país com o maior número de empreendimentos de agricultura familiar. Além disso, encontram-se 1.083.284 pessoas trabalhando em estabelecimentos da agricultura familiar em Minas Gerais, representando 59% do total da mão de obra agrícola no estado. (IBGE, 2017; Fortini, 2021).

Em todo o Estado encontramos uma diversidade comparável à diversidade nacional. Sendo o quarto maior estado brasileiro em área e com a segunda maior população, apresenta cinco regiões bem definidas e particulares. Em um mesmo território, várias tradições se misturam, formando um mapa da produção agrícola no Estado. (Fortini, 2021). A produção de queijo e requeijão é a principal atividade agroindústria da, presente em 50,1% dos estabelecimentos de agricultura familiar (Fortini, 2021). Minas Gerais é o estado que mais produz leite no Brasil.

O destino principal do leite produzido no estado são as pequenas e médias cooperativas, que abastecem os grandes laticínios. Mas uma parte significativa deste produto tem um destino mais elaborado: a rica tradição da produção de Queijo Minas artesanal. A história do Queijo Minas artesanal, doravante denominado QMA, se confunde com a história da ocupação do estado de Minas Gerais, que teve início durante o período colonial com a procura de minerais preciosos pelos então Bandeirantes.

O queijo mineiro, um produto elaborado de modo artesanal a partir de leite cru, em pequena escala é patrimônio cultural dos mineiros. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan, que concedeu o registro de Bem Cultural do modo artesanal de fazer Queijo de Minas, nas regiões do Serro e das Serras da Canastra e do Salitre, “o modo próprio de fazer queijo de Minas sintetiza, no queijo do Serro, no queijo da Canastra, no queijo do Salitre ou Alto Paranaíba, ou ainda Cerrado, um conjunto de experiências, símbolos e significados que definem a identidade do mineiro, reconhecida por todos os brasileiros”.

Esta identidade evidenciada pelo QMA é de todos os mineiros, mas se configura como uma riqueza ainda maior de quem o produz, o “capital cultural” que os identifica. Segundo Bourdieu (1983), o capital cultural confere poderes que propiciam diversas probabilidades de lucro (econômico, cultural, social ou simbólico) nos campos e mercados que influenciam. De acordo com seu enraizamento social, as formas de saber se tornam dignas de crédito e conferem dividendos na bolsa de valores sociais. O empreendedorismo do agricultor familiar produtor de Queijo Minas artesanal tem na herança cultural do modo de se fabricar queijo a sua origem. O habitus transmitido pela família desenvolve no empreendedor as habilidades aplicadas ao desenvolvimento da atividade de empreender.

A motivação para empreender do produtor de Queijo Minas artesanal não está ligada essencialmente ao lucro, mesmo sendo ele uma medida de resultado indispensável para a continuação do negócio. O enraizamento à terra aliado ao desejo de atender às suas necessidades, criar autonomia e independência, transformar o ambiente onde vive são os principais fatores motivacionais do empreendedorismo na produção de Queijo Minas artesanal. Ao buscar a independência, os empreendedores familiares se deparam com as mais diversas condições de dependência em relação ao meio e a todos os recursos disponíveis nele.

Este meio, segundo a NSE é onde se constrói e se reproduz a ordem social. Neste “Espaço multidimensional de relações sociais entre agentes que compartilham interesses em comum, mas que não dispõe dos mesmos recursos e competências”, que Bourdieu (1983, p. 183) chama de Campo, é onde os empreendedores produtores de QMA atuam. Esta atuação, em Minas Gerais, está relacionada com a caracterização e demarcação de regiões produtoras de QMA, e se constituem em fator determinante para a formação e aglutinação dos diversos capitais investidos nesta atividade.

São cinco as regiões mineiras delimitadas pela Emater-MG como produtoras de QMA, delimitação esta que não exclui o restante do estado, a saber, Canastra, Serro, Araxá, Serra do Salitre e Cerrado. Nestas regiões se formam campos onde atuam diferentes atores envolvidos na cadeia produtiva do queijo, consolidando a formação de uma estrutura social com base na imersão e que tem origem na ação econômica.

Entre os atores envolvidos na cadeia produtiva do queijo que atuam neste campo, encontram-se primeiramente os agricultores familiares, na sua grande maioria organizados em associações e cooperativas, com objetivo central de comercializar e distribuir o produto, e promover o melhor acesso às políticas públicas de crédito rural e assistência técnica. O crédito rural conta com a participação dos agentes financeiros, que ao identificarem a vocação da região para a cadeia produtiva do QMA, implementam programas direcionados ao desenvolvimento desta atividade, ao exemplo do programa de Desenvolvimento Rural Sustentável – DRS do Banco do Brasil. As ações de assistência técnica e extensão rural são também direcionadas aos produtores e suas associações. O Programa de Qualidade do Queijo Minas Artesanal da Emater-MG, com o apoio do MDA,

tem como objetivo a melhoria genética e de saúde dos rebanhos e manejo das pastagens, e com isso a melhoria da qualidade do leite, padronização das instalações (queijarias) e do processamento, armazenamento e maturação do produto, presente em todas as regiões demarcadas com profissionais formados e capacitados para atuação nesta cadeia produtiva.

Outros atores também estão presentes neste Campo. A produção de QMA tem o apoio e o envolvimento do poder público local, regional e estadual, entidades da sociedade civil ligadas aos agricultores, fornecedores de insumos, enfim, toda a comunidade se envolve e se apropria dos benefícios associados à produção de QMA. A construção social deste território está associada à estratégia de valorização do produto, e também funciona como facilitador no enfrentamento de obstáculos ao desenvolvimento territorial e sua dinâmica econômica.

Muitos são os obstáculos a serem ainda enfrentados pelos agricultores familiares produtores de QMA. O maior deles está na legislação sanitária federal, ou à sua inadequação à realidade dos pequenos agricultores, prejudicando não só os produtores mineiros, mas todos os produtores de queijo artesanal produzido a partir de leite cru, a exemplo do queijo coalho nos estados do nordeste, e o queijo colonial e o queijo serrano, produzidos na região sul do país. O principal entrave da legislação está na falta de entendimento quanto ao tempo de maturação necessário para garantir inocuidade do produto à saúde humana. Existe o consenso da necessidade de maturação e que o queijo fresco é prejudicial à saúde, mas um tempo demasiado de maturação pode alterar significativamente as características sensoriais do produto ao qual o consumidor já se identificou e que se constitui no seu diferencial, lhe conferindo um sabor inconfundível, sua principal vantagem de mercado em relação aos produtos industrializados. O QMA era amplamente consumido pelos mineiros, mas proibido legalmente para o consumo fora do estado. Essa realidade se alterou com a publicação de um decreto do Poder Executivo Federal que passou a regulamentar a produção artesanal de queijos, criando possibilidades de sua comercialização fora do estado de origem, mediante condições específicas de fiscalização pela vigilância sanitária (Brasil, 2019).

A formação de um capital social e cultural em torno deste produto tem sido o principal ponto de apoio para o enfrentamento deste obstáculo. Nesta direção se unem aos agricultores familiares produtores de Queijo Minas artesanal os governos federal, estaduais e municipais, entidades representativas de classes, organizações não governamentais, consumidores, enfim todos os segmentos da sociedade brasileira envolvidos e conhecedores desta realidade.

O governo federal, atendendo às demandas dos produtores, implementou duas importantes ações de por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário em parceria com entidades prestadora de ATER. A primeira, em parceria com a Emater-MG, que possibilitou a construção de Centros de Maturação do Queijo Minas Artesanal, nas cidades de Medeiros (Canastra) e Rio Paranaíba (Cerrado). Estes Centros têm a capacidade de atender às exigências da legislação federal, sendo possível viabilizar o registro pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF), o que permitirá o comércio nacional do QMA das Associações de Produtores de Queijo Canastra de Medeiros (APROCAME) e da Cooperativa de Produtores de Queijo da Serra do Salitre (COOALPA).

A segunda ação, em parceria com a Agrifert, entidade prestadora de ATER sediada em São Paulo, desencadeou no processo de concessão por parte do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) das Indicações Geográficas do queijo do Serro e da

Canastra. As Indicações Geográficas reconhecem a origem do produto, por meio do uso do nome de um país, região ou lugar para designar um produto originário desse espaço geográfico institucionalmente definido, associando-o a determinadas qualidades ou características do produto, conferindo propriedade intelectual sobre a marca, o que restringe o uso da denominação Queijo do Serro e Queijo Canastra aos produtores dos municípios destas regiões. Este tipo de ação fortalece as territorialidades nas regiões delimitadas geograficamente, onde ocorre a valorização do produto com base na força do capital social, estimula laços de identidade e cooperação, baseados no interesse comum de proteger o patrimônio objeto de salvaguarda.

O fortalecimento territorial nas regiões produtoras de QMA faz surgir o sentimento de solidariedade, promovendo o empreendedorismo local e estimulando a formação de redes baseadas nas relações sociais, culturais e econômicas. Conforme abordado Fligstein, a cooperação humana está no cerne das estruturas sociais, embutida nas relações de mercado sob o ângulo do poder de influenciar e de constituir certo campo e dos significados que os atores são capazes de inspirar neles e nos outros a partir de suas práticas. Os produtores de QMA agem inspirados neste interacionismo simbólico, estabelecendo relações de identidade, cultura e mercado, definidas por uma interdependência que aglutina vantagens comparativas de competitividade do produto em novos mercados, gerando novas habilidades e capacidades dos atores sociais.

A articulação destas novas habilidades ao saber fazer tradicional do Queijo Minas artesanal, uma expressão cultural, cria uma dinâmica virtuosa entre o moderno e o tradicional. Para que este encontro seja possível, é necessário aliar ao saber fazer o saber científico. Ao empreender, o agricultor familiar espera retirar da propriedade rural o sustento digno da sua família, promover melhoria da qualidade de vida e transformar a realidade local. Para tanto, ele combina capital em suas formas diversas e trabalho como fatores de produção articulados, criando um produto diferenciado pelo modo artesanal de fazê-lo, estabelece formas de organização internas e externas ao empreendimento.

Internamente, em seu empreendimento agro artesanal de produção de QMA, o produtor envolve todos os membros da família. O pai, via de regra, é o responsável pelo trato do rebanho leiteiro, manejo de pastagens e ordenha, contando sempre com a ajuda dos filhos e eventualmente outro agregado da família, além de ser responsável por todo o trabalho de comercialização, transporte e distribuição do produto. O processamento do leite na fabricação do queijo geralmente fica a cargo das mulheres da casa, bem como todo o serviço de limpeza e armazenagem do produto, e pouco influem nas decisões comerciais. Externamente, no território onde produz, ou seja, nas regiões produtoras de QMA, aos produtores se organizam em associações e cooperativas, que atuam principalmente na comercialização e promoção do produto.

Dentro desta conformação produtiva e comercial, na qual o componente tradicional é muito forte, o processo de inovação e de agregação de novos conhecimentos, não somente ao processo produtivo, mas a toda a cadeia produtiva, enfrenta barreiras por parte da maioria dos produtores de QMA. Uma comprovação disto é que dentro de um número estimado de 40 mil famílias produzindo QMA, apenas 246 produtores estão cadastrados no programa do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) – (dado atualizado em 30/06/2014) implementado desde 2002 e que segue legislação específica sobre o processo de produção de QMA em Minas Gerais. (IMA, 2022)

O principal motivo da não adesão é a falta de visão de futuro da maioria dos produtores quanto à exigência de adequação sanitária do produto evitando prejuízos com

a apreensão do produto, e quanto aos benefícios de acesso a mercados formais e a agregação de valor ao produto decorrente da eliminação de intermediários na venda do produto (Dores & Ferreira, 2012). Esta visão de futuro faz parte do comportamento empreendedor, fundamentado na motivação, na identificação de oportunidades e na exigência de qualidade e eficiência. Os 246 produtores cadastrados foram aqueles identificamos como verdadeiros empreendedores, ou seja, pessoas capazes de enxergar as oportunidades, enfrentar o desafio de realizar as mudanças necessárias e inovar em seu empreendimento. As inovações na produção de Queijo Minas artesanal estão necessariamente ligadas à adequação do produto às exigências sanitárias, à padronização do produto, embalagem e rotulagem também adequados às normas vigentes, visto que o sistema de produção obedece ao saber fazer tradicional.

Estes empreendimentos hoje cadastrados respondem por uma pequena parcela da produção, parcela esta que consegue agregar valor ao produto e estabelecer uma relação com o consumidor que extrapola os limites econômicos, e cria uma forma de comunicação entre produtores e consumidores baseada na identificação da cultura e tradição, tipicidade e qualidade do produto (Saraiva et al., 2012). Possuir um patrimônio histórico, cultural e geográfico estimula a exploração do potencial territorial num processo de construção coletiva, que resulta na diferenciação de produtos com qualidade para o mercado.

Outra característica presente no empreendedorismo da agricultura familiar é o envolvimento dos jovens, muitas vezes responsáveis por influenciar positivamente os adultos na adesão aos processos de mudanças, e também por promover a introdução do conhecimento formal necessário à implementação destas mudanças (Fortini, 2021). Na atividade agrícola ainda é comum os jovens depositarem suas expectativas de futuro em atividades alheias às atividades agrícolas, o que leva ao êxodo rural que infelizmente continua a ocorrer, hoje atingindo muito mais a juventude do campo. Isso faz com que a sucessão do empreendimento rural seja um problema real, não somente para os produtores de Queijo Minas artesanal, mas para todos os empreendimentos da agricultura familiar. Aliado a este êxodo, o envelhecimento da população brasileira, já identificado nos censos demográficos recentes, e que se reflete na população rural, também é um agravante ao empreendedorismo na agricultura familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a evolução das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar, identificamos conquistas e avanços que refletem, não somente a importância política e social deste segmento, mas também o seu destaque econômico. Destacamos ainda um importante reposicionamento de agricultores familiares e suas lideranças, direcionado a ampliar a participação da agricultura familiar no acesso aos recursos públicos com vistas a objetivos mais nobres que a simples subsistência no campo: a efetiva participação no mercado. Alguns instrumentos de política pública, exemplificados pelo Programa de Alimentação Escolar, denotam a preocupação de incluir a agricultura familiar no mercado, institucional ou privado.

No entanto, ainda persistem obstáculos importantes a serem superados que dependem direta ou indiretamente do poder público e do envolvimento de toda a sociedade. Os problemas enfrentados pelos produtores de Queijo Minas artesanal em relação à legislação sanitária federal e a imposição de uma situação de “clandestinidade” de grande

parte da produção nos dão a medida da grandeza do desafio ainda a ser enfrentado.

Nesse estudo sobre o empreendedorismo na produção de Queijo Minas artesanal, as abordagens da Nova Sociologia Econômica e do Empreendedorismo nos ajudaram a entender e explicar algumas estratégias adotadas por estes produtores para o enfrentamento destes obstáculos. Mesmo diante de um cenário adverso, o agricultor familiar em Minas Gerais ainda persiste na valorização de suas tradições, e busca na produção de queijo sua afirmação como agente ativo no desenvolvimento local, acreditando na possibilidade de transformar esta rica tradição em fonte de renda.

As habilidades sociais desenvolvidas nas regiões produtoras de QMA fortalecem o espírito empreendedor em alguns daqueles que se encontram nesse campo de atividade. O capital cultural aplicado em favor de uma atividade econômica influencia o mercado no qual atuam os produtores de queijo e sua relação com o consumidor. A herança cultural e a tradição do modo de fazer do Queijo Minas artesanal estão no cerne deste empreendedorismo.

Estes empreendedores, autônomos e independentes, têm procurado estabelecer laços de cooperação nos diversos fóruns em que atuam, criando uma ampla rede de solidariedade em favor da valorização da tradição aliada à modernização de técnicas de processamento, voltadas para as melhorias e adequações do produto a um mercado exigente.

Os agricultores familiares compartilham entre si, dentro da unidade familiar e no território, conquistas e desafios, combinando visões de mundo, valores e simbolismo de forma a propiciar a formação de um tecido social rico, coeso e plural. As abordagens da NSE e do Empreendedorismo se completam e apontam formas concretas de interação social, econômica e cultural nos campos e nos mercados envolvidos na produção de Queijo Minas artesanal.

A análise desse mercado destaca a importância das interações econômicas, políticas, sociais e culturais que se desenvolvem em um território, envolvendo um conjunto de atores com formas de racionalidade diversas aplicadas nas soluções dos conflitos e na promoção de interações de cooperação mútua.

Este estudo sobre empreendedorismo na agricultura familiar, em especial na produção de Queijo Minas artesanal, associa teoria e operacionalização de políticas, evidenciando a necessidade de mudança no processo de formulação, se valendo de uma melhor percepção e compreensão mais nítida de todas as condições específicas tais como formação histórico-cultural, recursos disponíveis, capitais envolvidos, estruturas de interação e cooperação presentes, enfim, todas as nuances que envolvem as interações de mercado e sociedade, para efetivamente contribuir com mudança de paradigma do modelo de produção agrícola em direção à sustentabilidade.

Por fim, esta pesquisa promove um debate sobre importantes aspectos da formulação e implementação de políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar. Destacamos a necessidade de superação da visão setorial em favor da articulação interdisciplinar, priorizando as formas como as interações estão organizadas e não apenas o seu conteúdo, considerando contextos dinâmicos, compreendendo como ação e estruturas se articulam na constituição de estratégias adotadas.

Referências

ABRAMOVAY, R. Desenvolver os territórios fortalecendo o empreendedorismo de pequeno porte. Fortaleza: BNB / IICA / MDA / BANCO MUNDIAL. Mimeo. 2003.

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento sustentável. Novos Estudos CEBRAP. 2010.

ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o Diabo. Tempo Social, 2004.

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. In: Texto para discussão, n. 702, Rio de Janeiro. IPEA. 2000

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios. S P: Economia Aplicada. 2000

ABRAMOVAY, R.; BEDUSCHI FILHO, L.C. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. Nova Economia (UFMG), Belo Horizonte. 2004.

BOURDIEU, P. Economia das trocas simbólicas. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1992.

BOURDIEU, P. Questões de sociologia. São Paulo: Ática, 1983

BRASIL. . Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). – Política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater). 2004. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretarias/saf-captec/politica-nacional-de-assistencia-tecnica-e-extensao-rural-pnater> Acesso em nov. 2014.

BRASIL. Decreto No. 9.918 de 18 de julho de 2010. Regulamenta o art. 10-A da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, que dispõe sobre o processo de fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal. Disponível em <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-9918-de-18-de-julho-de-2019-198615217>. Acesso em 22 de julho de 2022.

BRASIL. Lei Nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – Pnater e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – Pronater, altera a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jan. 2010.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 jul. 2006. Seção 1, p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). Plano Safra 2015/2016 – Agricultura Familiar – Alimentos Saudáveis para o Brasil. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). Relatório de gestão. Brasília, 2009 (mimeo).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). Seminário Nacional de ATER: consolidar a PNATER, fortalecer a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável. Brasília, 2008a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho ATER. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Versão Final, 2008b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/CONDRAF. Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília-DF, MDA, Série Documentos n. 03, junho. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Plano Safra para a agricultura familiar 2010/2011. 12 p. 2010. Disponível em <http://www.pronaf.gov.br>. Acesso em 22 de maio de 2015

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

DIMAGGIO, P. Interest and agency in institutional theory. In: In: The American Journal of Sociology. 1988

DORES, M. T.; FERREIRA, C. L. L. F. Queijo Minas Artesanal, Tradição Centenária: ameaças e desafios. Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável (RBAS), v.2, n.2., p.26-34, Dezembro, 2012.

DREHER, M. T. Empreendedorismo e responsabilidade ambiental: uma abordagem de empreendimentos turísticos. UFSC, Florianópolis, 2004.

FLICK, W. Introdução à pesquisa qualitativa. Porto alegre: Artmed, 2009.

FLIGSTEIN, N. Habilidade social e teoria dos campos. Revista de Administração de Empresas, v. 47, n.2, abr/jun 2007, pp. 61-80.

FORTINI, R. M. Um novo retrato da agricultura familiar do estado de 2021 Minas Gerais [recurso eletrônico] : a partir dos dados do censo agropecuário 2017. Viçosa, MG : IPPDS, UFV, 2021.

GAIGER, L.; CORRÊA, A. A história e os sentidos do empreendedorismo solidário. Otra Economia, 2010

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. In: The American Journal of Sociology, vol. 91, n. 3. 1985

GRANOVETTER, M.; SWEDBERG, R. The Sociology of Economic Life. San Francisco: Westview Press, 1992.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 22 jul. 2022

IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária). Queijos Artesanais. Disponível em <http://ima.mg.gov.br/agroindustria/queijos-artesanais>. Acessado em 22 de julho de 2022.

LEVESQUE, B. Contribuição da Nova Sociologia Econômica para repensar a Economia do Desenvolvimento Sustentável. RAE, 47, n.2, p. 49-60, 2007.

MEDEIROS, J. C.; GRISA, C. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e suas Capacidades Estatais na Promoção do Desenvolvimento Rural. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, v. 14, n. 34, p. 06-35, dez., 2019.

POZZEBON, M. PETRINI, M. Critérios para Condução e Avaliação de Pesquisas Qualitativas de Natureza Crítico-Interpretativa. In: TAKAHASHI, Adiana Roseli Wünsch. Pesquisa Qualitativa em Administração: fundamentos, métodos e usos no Brasil. São

Paulo: Atlas, 2013. p.51-72. April 2013.

SARAIVA, C. B. et al. Aspectos Ambientais da Produção do Queijo Minas Artesanal. Rev. Inst. Latic. "Cândido Tostes", Set/Out, nº 388, 67: 41-47, 2012.

SCHUMPETER, J. A. Teoria do desenvolvimento econômico. S.P.: Abril, 1982.

SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (Eds.). The Handbook of Economic Sociology. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa - ação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

AVALIADORES

Em cumprimento as normas de boas práticas editoriais propostas pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD, publicamos nesta edição a lista dos avaliadores que realizaram o trabalho de avaliação dos artigos publicados pela revista EAS nas edições do ano de 2021 – n.1 e n.2.

Aproveitamos o ensejo para agradecer o concurso das colegas e dos colegas pesquisadora(e)s, os quais contribuíram efetivamente para que as edições pudessem ser publicadas com o melhor padrão possível e para o avanço dos estudos organizacionais e sociais no Brasil. Foram ela(e)s:

AVALIADOR

Aurelio Murta

Eduardo Henrique Araújo

Ésio Vieira

Fernando de Oliveira Vieira

Francisco César Pinto da Fonseca

Gabriela Alvarenga Prestes

Giuliano Alves Borges Silva

Glauco Bienenstein

Gustavo Souto de Noronha

Hannah dos Santos Ramos

Heitor Ney Mathias da Silva

José Antônio Souza

Julio Carlos Figueiredo

Miguel Lima

Sérgio Barros

Victor Leonardo Araújo

Wilma Pessoa

E-MAIL

aureliomurta@id.uff.br

castro_araujo_eduardo@yahoo.com.br

esiovieira@hotmail.com

fernandovieira@id.uff.br

francisco.fonseca@fgv.br

galvarengaprestes@gmail.com

giulianoalves@id.uff.br

gb@id.uff.br

noronha.gustavo@gmail.com

hannahsramos@hotmail.com

heitorneysilva@gmail.com

joseantonio.souza@gmail.com

figueiredojc@vm.uff.br

miguellima@id.uff.br

sergiobarros@id.uff.br

victor_araujo@terra.com.br

wilmapessoa2709@gmail.com